

ANEXO XV

MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

SUMÁRIO

PREÂMBULO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. ANEXOS DO CONTRATO
2. DEFINIÇÕES
3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
4. INTERPRETAÇÃO

CAPÍTULO II - OBJETO, PRAZO e VALOR DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

5. OBJETO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA
6. PRAZO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA
7. VALOR DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO III - ESTRUTURA JURÍDICA DA CONTRATADA E DA SPE IMOBILIÁRIA

8. ESTATUTO SOCIAL E OBJETO SOCIAL
9. CAPITAL SOCIAL
10. TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE SOCIETÁRIO DA CONTRATADA

CAPÍTULO IV - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11. OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES
12. OBRIGAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL
13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA SPE IMOBILIÁRIA
14. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

CAPÍTULO V - REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

15. REMUNERAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

16. RECEITAS ACESSÓRIAS

17. TORNA

CAPÍTULO VI - AVALIAÇÃO MENSAL DO DESEMPENHO DA CONTRATADA

18. INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

19. AVALIAÇÃO MENSAL DO DESEMPENHO DA CONTRATADA

20. REVISÃO DO QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

CAPÍTULO VII - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E FORMAS DE RECOMPOSIÇÃO

21. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22. FORMAS DE RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CAPÍTULO VIII - RECURSOS FINANCEIROS

23. OBTENÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

CAPÍTULO IX - FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

24. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

25. OBTENÇÃO DE LICENÇAS

26. CANTEIROS E SERVIÇOS

27. CRONOGRAMA E EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

28. TERMO DE RECEBIMENTO DAS OBRAS

CAPÍTULO X - REGIME DE BENS DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

29. BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

30. REVERSÃO DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO XI - GARANTIAS E SEGUROS

31. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATADA

32. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO PELA CONTRATANTE

33. SEGUROS

CAPÍTULO XII - RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

34. RESPONSABILIDADE GERAL

35. SINISTROS

36. CONTRATOS COM SUBCONTRATADAS

CAPÍTULO XIII - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

37. CASOS DE EXTINÇÃO

38. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

39. ENCAMPAÇÃO

40. CADUCIDADE

41. RESCISÃO OU RESILIÇÃO

42. FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONTRATADA

43. ANULAÇÃO

CAPÍTULO XIV - INTERVENÇÃO

44. INTERVENÇÃO

CAPÍTULO XV - SANÇÕES E PENALIDADES

45. SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS À CONTRATADA

CAPÍTULO XVI - SOLUÇÃO DE CONFLITOS

46. SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS TÉCNICAS

47. SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS E APURAÇÃO DE FATOS COM REPERCUSSÃO
ECONÔMICO-FINANCEIRA

48. MECANISMO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

49. PROCESSO DE ARBITRAGEM

50. JUÍZO ARBITRAL

CAPÍTULO XVII - PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL

51. CESSÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL

CAPÍTULO XVIII - EXECUÇÃO E COORDENAÇÃO TÉCNICAS

52. COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, COORDENADOR GERAL DO CONTRATO E
VERIFICADOR INDEPENDENTE

CAPÍTULO XIX - DISPOSIÇÕES FINAIS

53. ACORDO COMPLETO

54. COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

55. EXERCÍCIO DE DIREITOS

56. CONTRATANTES INDEPENDENTES

57. OBRIGAÇÕES PERMANENTES

58. INVALIDADE PARCIAL

59. PERDÕES E RENÚNCIAS

60. RESSARCIMENTO DOS DISPÊNDIOS CORRESPONDENTES À REALIZAÇÃO DOS PROJETOS, ESTUDOS, LEVANTAMENTOS E INVESTIGAÇÕES

61. CONTAGEM DE PRAZOS

62. FORO

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento:

o DISTRITO FEDERAL [qualificar];

neste ato denominada CONTRATANTE; e

a SPE CONCESSIONÁRIA [qualificar];

neste ato denominada CONTRATADA;

todos denominados em conjunto como “Partes” e, individualmente, como “Parte”;

resolvem celebrar o presente CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA CONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA VIA PONTE PARANOÁ, que se regerá pelas cláusulas e disposições seguintes.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. CLÁUSULA 1 - ANEXOS DO CONTRATO

01. ATOS CONSTITUTIVOS DA SPE CONCESSIONÁRIA

02. CRITÉRIO PARA A REMUNERAÇÃO DAS OBRAS

03. ANTEPROJETO DAS OBRAS

04. ORÇAMENTO DAS OBRAS E CAPEX

05. ANTEPROJETO DOS SERVIÇOS

06. ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS

- 07.METODOLOGIA DE CÁLCULO DA PENALIDADE PELA INEFICIÊNCIA DA CONTRATADA
- 08.DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL
- 09.DIRETRIZES URBANÍSTICAS
- 10.DIRETRIZES MANDATÓRIAS GERAIS
- 11.IMÓVEL - GLEBA - CROQUI
- 12.IMÓVEL - GLEBA - MATRÍCULA
- 13.PLANO DE SEGUROS
- 14.QUADROS DE INDICADORES DE DESEMPENHO
- 15.REGULAMENTO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 16.METODOLOGIA PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO
- 17.LAUDOS DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL - GLEBA
- 18.MATRIZ DE RISCOS
- 19.VERIFICADOR INDEPENDENTE
- 20.DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DA SPE IMOBILIÁRIA

1.1. Os documentos que constituem os ANEXOS serão válidos, independentemente de transcrição, salvo no que, eventualmente, conflitarem com os termos deste CONTRATO, hipótese em que os termos e condições deste prevalecerão sobre aqueles.

2. CLÁUSULA 2 - DEFINIÇÕES

2.1. São adotadas, em especial, as definições apresentadas no EDITAL, sem prejuízo de definições inseridas em outros pontos deste CONTRATO.

3. CLÁUSULA 3 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Na vigência do CONTRATO, observar-se-ão a Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei Federal de Parcerias Público-Privadas), Lei Distrital nº 3.792, de 02 de fevereiro de 2006 (Lei Distrital de Parcerias Público-Privadas), Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei de Permissões e

Concessões), e, nos limites indicados pela Lei Federal de Parcerias Público-Privadas, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações) e suas alterações, e pelas demais normas correlatas, as regras do EDITAL, e as disposições deste CONTRATO.

3.2. A lei aplicável a este CONTRATO é a brasileira, não sendo admitida qualquer menção a direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.

3.3. As referências às normas aplicáveis no Brasil deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substitua ou as modifique ou complemente.

3.4. A legislação brasileira aplicável será aquela em vigor na data da assinatura deste CONTRATO.

4. CLÁUSULA 4 - INTERPRETAÇÃO

4.1. Na interpretação, integração ou aplicação de qualquer disposição do CONTRATO, deverão ser consideradas em primeiro lugar as cláusulas contratuais e, depois, as disposições dos ANEXOS que tenham maior relevância na matéria em causa, inclusive o EDITAL.

4.2. Se, nos documentos em geral a serem apresentados pela CONTRATADA e aprovados pela CONTRATANTE, existirem divergências entre as peças, que não se possam resolver por meio de recurso às regras gerais de interpretação, observar-se-á o seguinte:

4.2.1. As peças desenhadas prevalecerão sobre todas as outras quanto à localização, às especificações, às características do serviço e às especificações relativas às suas diferentes partes.

4.2.2. No que se refere à natureza, aos métodos construtivos dos trabalhos e ao momento das OBRAS, prevalecerão as escolhas da CONTRATADA, observado o estabelecido e pactuado neste CONTRATO.

- 4.2.3. Nos demais aspectos prevalecerá o que constar da memória descritiva e escrita das restantes peças do ANTEPROJETO.
- 4.3. Em casos de ambiguidade ou dúvida na interpretação por qualquer uma das PARTES nos documentos integrantes deste CONTRATO ou, ainda, erro ou omissão de informações em qualquer um dos documentos, de modo a causar dificuldades no correto atendimento aos mesmos, tal fato deverá ser levado ao conhecimento da outra PARTE, de imediato e por escrito, antes de iniciar a execução do objeto atingido, de modo a obter os esclarecimentos necessários.
- 4.4. Sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, na interpretação e na integração do regime aplicável a este CONTRATO prevalecerá o interesse público da CONTRATANTE na boa execução das obrigações da CONTRATADA e na manutenção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA em funcionamento permanente de acordo com elevados padrões de segurança e conservação.

CAPÍTULO II

OBJETO, PRAZO E VALOR DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

5. CLÁUSULA 5 - OBJETO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

- 5.1. O CONTRATO tem por objeto a outorga de parceria público-privada, na modalidade administrativa, para a construção, conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ, conforme o CONTRATO, compreendendo as seguintes atividades:
- 5.1.1. Execução das OBRAS previstas no ANTEPROJETO e no PROJETO EXECUTIVO, sendo que este será desenvolvido pela CONTRATADA, que abrangerão a implantação de todas as OBRAS da VIA PONTE PARANOÁ (ANEXOS 03 e 04).
- 5.1.2. A execução dos seguintes SERVIÇOS de conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ (ANEXOS 05 e 06):

- a) Conservação e manutenção de todo sistema viário.
- b) Monitoramento técnico especializado, conservação e manutenção da ponte.
- c) Conservação e manutenção do pavimento.
- d) Conservação e manutenção das guias, sarjetas e meio-fio.
- e) Manutenção da sinalização horizontal e vertical.
- f) Manutenção das calçadas, passeios e ciclovias (quando houver).
- g) Limpeza e desentupimento do sistema de drenagem de águas pluviais do sistema viário, incluindo valas, canaletas, bueiros e galerias.
- h) Manutenção das áreas gramadas contíguas ao sistema viário.

5.2. Os ANTEPROJETOS e os ORÇAMENTOS DAS OBRAS E CAPEX e SERVIÇOS estão descritos nos ANEXOS 03 a 06.

5.3. Não estão incluídos no objeto do CONTRATO: Prestação de serviços de iluminação pública, telefonia, distribuição de energia elétrica, abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos, coleta, disposição e tratamento de resíduos sólidos urbanos, que ficarão sob a responsabilidade das concessionárias desses serviços públicos.

5.4. A construção da INFRAESTRUTURA URBANA do IMÓVEL caracteriza-se como obrigação da SPE IMOBILIÁRIA, conforme dispõe a Lei nº 6.766/79, razão pela qual não será remunerada por este CONTRATO.

5.5. A remuneração pela CONCESSÃO ADMINISTRATIVA dar-se-á mediante:

5.5.1. APORTE não pecuniário servível para remunerar as OBRAS de construção da VIA PONTE PARANOÁ:

5.5.1.1. da Ponte sobre o Rio Paranoá;

- 5.5.1.2. do sistema viário conforme ANEXO 03;
 - 5.5.2. CONTRAPRESTAÇÃO servível para remunerar os SERVIÇOS de conservação e manutenção:
 - 5.5.2.1. da Ponte sobre o Rio Paranoá;
 - 5.5.2.2. do sistema viário conforme ANEXO 03;
- 5.6. O pagamento do APORTE não pecuniário dar-se-á mediante o cancelamento da averbação do PENHOR das ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA e a baixa do registro da HIPOTECA dos LOTES, proporcionalmente e após a conclusão de cada FASE das OBRAS.
- 5.7. A CONTRAPRESTAÇÃO em face dos SERVIÇOS terá início apenas após a conclusão integral das OBRAS.
- 5.8. O IMÓVEL foi objeto de avaliação da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, conforme ANEXO 19.
- 5.9. A construção, conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e procedimentos dispostos no EDITAL e neste CONTRATO.
- 6. CLÁUSULA 6 - PRAZO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA
 - 6.1. O prazo de vigência do CONTRATO é de 17 (dezessete) anos.
 - 6.1.1. O prazo para a execução das OBRAS da VIA PONTE PARANOÁ será de 2 (dois) anos.
 - 6.1.2. A critério das PARTES, o prazo de vigência deste CONTRATO poderá ser prorrogado, por meio de competente Termo Aditivo, pelo prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos, mantendo-se incólumes a SPE CONCESSIONÁRIA e a SPE IMOBILIÁRIA.

6.2. A DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO é a data que determina a eficácia do CONTRATO, exceto este item que é eficaz desde a sua assinatura, sendo certo que as demais disposições deste CONTRATO são consideradas vigentes, porém não eficazes desde a data de sua assinatura. A DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO ocorrerá quando todas as condições abaixo enumeradas se realizarem:

6.2.1. Caberá à CONTRATADA providenciar documentos e materiais técnicos necessários à transferência do IMÓVEL para o DISTRITO FEDERAL considerado na poligonal de projeto desta CONCESSÃO descrito e caracterizado no CROQUIS, MATRÍCULA e LAUDOS DE AVALIAÇÃO (ANEXOS 12, 13 e 18), colimando a transferência da sua propriedade ao DISTRITO FEDERAL.

6.2.1.1. Caso seja necessário o georreferenciamento a do IMÓVEL, em função da impossibilidade de definição do seu exato perímetro, deverá ser providenciado pela CONTRATADA, nos termos da Lei nº 10.267/01, regulamentada pelo Decreto nº 4.449/02 e posteriores, e complementado pelo Provimento nº 2, de 19/04/2010, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, normas correlatas ou que as alterem.

6.2.1.2. Para tanto, a CONTRATADA dirigirá ao Cartório de Registro de Imóveis competente requerimento acompanhado do conjunto de documentos técnicos e administrativos para o georreferenciamento do IMÓVEL.

6.2.1.3. A TERRACAP outorgará à CONTRATADA procuração pública com poderes específicos para a prática de todos os atos administrativos necessários à retificação das matrículas, quando for o caso, o desmembramento e a transferência da propriedade ao DISTRITO FEDERAL.

- 6.2.1.4. As atividades discriminadas neste item 6.2.1 e subitens serão todas executadas pela CONTRATADA e às suas expensas, exceto tributos e emolumentos cartorários.
- 6.2.2. Constituição da SPE IMOBILIÁRIA, pela CONTRATADA às suas expensas, na forma de sociedade por ações de capital fechado, por prazo indeterminado, preservando a natureza de direito privado, na conformidade da lei brasileira, com objeto social compatível com as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do CONTRATO, consistente no loteamento, incorporação, construção, gestão, operação, manutenção de empreendimentos imobiliários.
- 6.2.2.1. A CONTRATADA protocolará na Junta Comercial os atos constitutivos da SPE IMOBILIÁRIA no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do CONTRATO.
- 6.2.3. PENHOR em favor do DISTRITO FEDERAL das ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA com a averbação no seu livro de Registro de Ações Nominativas.
- 6.2.3.1. O cumprimento desta condicionante precederá a transferência e registro da propriedade do IMÓVEL nos termos do item 6.2.3.
- 6.2.3.2. A CONTRATADA cumprirá esta condicionante no prazo de 30 (trinta) dias após o registro da SPE IMOBILIÁRIA.
- 6.2.3.3. A CONTRATADA notificará o DISTRITO FEDERAL do cumprimento deste item para que o DISTRITO FEDERAL cumpra o item seguinte.
- 6.2.4. Transferência e registro, no competente Cartório de Registro de Imóveis, da propriedade do IMÓVEL pelo DISTRITO FEDERAL à SPE IMOBILIÁRIA, gravados de HIPOTECA em favor do DISTRITO FEDERAL para a hipótese de inexecução deste CONTRATO, às expensas da CONTRATADA.

- 6.2.4.1. O DISTRITO FEDERAL procederá à transferência e registro da propriedade do IMÓVEL no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da averbação do PENHOR.
- 6.2.5. Desocupação de todas as áreas públicas necessárias à implantação do objeto deste CONTRATO, a ser realizada pela CONTRATANTE às suas expensas, podendo eventualmente ser realizada pela CONTRATADA, conforme ANEXO 11 e outras áreas que eventualmente estejam ocupadas.
- 6.2.5.1. Para o cumprimento dessa condicionante, a CONTRATADA entregará à CONTRATANTE relatório atualizado das desocupações de áreas públicas necessárias à implantação do objeto deste CONTRATO, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura deste CONTRATO, para as providências cabíveis.
- 6.2.5.2. O relatório referido no item anterior integrará o ANEXO 11.
- 6.2.6. Expedição das Licenças de Instalação (LI) referentes às OBRAS e ao LOTEAMENTO.
- 6.2.7. Ressarcimento dos dispêndios correspondentes à realização dos projetos, estudos, levantamentos e investigações, de que trata a cláusula 60, ressalvados os itens 60.4.1 e 60.5, pela CONTRATADA às suas expensas.
- 6.2.7.1. O cumprimento dessa condicionante deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do cumprimento das demais condições de eficácia do CONTRATO, ou caso a CONTRATADA dispense as condições de eficácia, ainda que parcialmente.
- 6.3. A execução das OBRAS da VIA PONTE PARANOÁ dar-se-á a partir da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO e obedecerá ao CRONOGRAMA DAS OBRAS.

6.4. Poderá a CONTRATADA iniciar uma FASE das OBRAS ainda que não realizadas todas as condições de eficácia discriminadas no item 6.2, desde que:

6.4.1. A CONTRATADA formule pedido específico para início de uma FASE de OBRAS antes de verificadas as condições de eficácia, mediante carta encaminhada à CONTRATANTE, sugerindo a data de eficácia da FASE de OBRAS.

6.4.2. No caso de aceitação do pedido pela CONTRATANTE, as PARTES deverão acordar sobre a eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, se for o caso.

7. CLÁUSULA 7 - VALOR DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

7.1. O VALOR DO CONTRATO é de R\$ 225.075.899,37 (duzentos e vinte e cinco milhões, setenta e cinco mil, oitocentos e noventa e nove reais, e trinta e sete centavos), correspondente ao valor do orçamento constante do ANEXO 4, na data-base de 1º.01.2020.

CAPÍTULO III

ESTRUTURA JURÍDICA DA CONTRATADA E DA SPE IMOBILIÁRIA

8. CLÁUSULA 8 - ESTATUTO SOCIAL E OBJETO SOCIAL

8.1. O estatuto social da CONTRATADA consta do ANEXO 01 e o seu objeto social, específico e exclusivo, durante todo o prazo do CONTRATO, consiste na construção, conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ, e exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, bem como observar, cumprir e fazer cumprir com o disposto no EDITAL.

8.1.1. É expressamente proibida a prática, pela CONTRATADA, de quaisquer atos estranhos ao seu objeto social.

- 8.1.2. Qualquer alteração do ato constitutivo da CONTRATADA que implicar na alteração de seu objeto social ou na redução de seu capital social mínimo inicial deverá ser previamente autorizada pela CONTRATANTE.
- 8.1.3. Em se tratando de CONSÓRCIO, todas as empresas consorciadas deverão integrar os quadros societários da CONTRATADA, observadas as participações e condições firmadas no COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, apresentado na fase de habilitação.
- 8.1.4. Os compromissários do CONSÓRCIO podem optar por constituírem diretamente a Sociedade de Propósito Específico - SPE, hipótese que ficarão dispensados da formalização prévia do CONSÓRCIO.
- 8.2. A SPE IMOBILIÁRIA será criada na forma de sociedade por ações de capital fechado, por prazo indeterminado, preservando a natureza de direito privado, na conformidade da lei brasileira, com objeto social compatível com as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do CONTRATO, consistente no loteamento, incorporação, construção, gestão, operação, manutenção de empreendimentos imobiliários, observado o ANEXO XIV.
 - 8.2.1. É expressamente proibida a prática, pela SPE IMOBILIÁRIA, de quaisquer atos estranhos ao seu objeto social.
 - 8.2.2. Qualquer alteração do ato constitutivo da SPE IMOBILIÁRIA que implicar na alteração de seu objeto social ou na redução de seu capital social mínimo inicial deverá ser previamente autorizada pela CONTRATANTE.
 - 8.2.3. A SPE IMOBILIÁRIA poderá constituir subsidiárias integrais para fins de melhor organização e especialização das obrigações por ela assumidas, independentemente de autorização da CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA 9 - CAPITAL SOCIAL

- 9.1. O capital social subscrito da CONTRATADA deverá ser de no mínimo 10% (dez por cento) do VALOR DO CONTRATO, com parcela integralizada de no mínimo

1% (um por cento) do capital subscrito, no momento da sua constituição, inclusive como condição de assinatura deste CONTRATO.

9.1.1. No caso de CONSÓRCIO, o capital social da CONTRATADA será constituído com as mesmas proporções originárias da sua formação.

9.1.2. O restante do capital social da CONTRATADA será integralizado em 2 (duas) parcelas anuais de 49,5% (quarenta e nove vírgula cinco por cento) do valor do capital social, vencendo-se a primeira na DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO e a outra na mesma data do ano subsequente, corrigidas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da data da assinatura do CONTRATO.

9.1.3. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE os laudos e pareceres elaborados por empresa de auditoria para comprovação do cumprimento da integralização do capital.

9.1.4. A CONTRATADA autoriza desde já a CONTRATANTE a realizar diligências e auditorias para a verificação da situação discriminada neste item.

9.1.5. A CONTRATADA deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, nos termos do § 3º do art. 9º da Lei nº 11.079/2004, do § 3º do art. 9º da Lei Distrital nº 3.792/2006, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores), em regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

9.2. O capital social subscrito da SPE IMOBILIÁRIA deverá ser de no mínimo 10% (dez por cento) do valor da avaliação do IMÓVEL discriminado no item 5.8, com parcela integralizada de no mínimo 1% (um por cento) do capital subscrito, no momento da sua constituição.

- 9.2.1. A CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias da data da assinatura do CONTRATO, realizará a Assembleia Geral de constituição da SPE IMOBILIÁRIA, na forma de sociedade por ações de capital fechado, por prazo indeterminado, preservando a natureza de direito privado, na conformidade da lei brasileira, com objeto social compatível com as atividades a serem desenvolvidas no âmbito deste CONTRATO.
- 9.2.2. O restante do capital social da SPE IMOBILIÁRIA será integralizado em 15 (quinze) parcelas anuais de 6,66% (seis vírgula sessenta e seis por cento) do valor da avaliação do IMÓVEL discriminado no item 5.8, vencendo-se a primeira na DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO e as demais na mesma data dos anos subsequentes, corrigidas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da data da assinatura do CONTRATO.
- 9.2.3. A SPE IMOBILIÁRIA deverá encaminhar à CONTRATANTE os laudos e pareceres elaborados por empresa de auditoria para comprovação do cumprimento da integralização do capital.
- 9.2.4. A celebração da Ata de Assembleia Geral de constituição da SPE IMOBILIÁRIA deverá atender a todas as disposições, obrigações e formalidades previstas na legislação vigente, em especial àquelas previstas na Lei nº 6.404/76.
- 9.2.5. A CONTRATADA deverá protocolar na Junta Comercial os atos constitutivos da SPE IMOBILIÁRIA no prazo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do CONTRATO.
- 9.2.6. Constituída a SPE IMOBILIÁRIA:
- 9.2.6.1. A CONTRATADA procederá à averbação no seu livro de Registro de Ações Nominativas do PENHOR em favor do DISTRITO

FEDERAL das ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA.

9.2.6.1.1. O PENHOR assegurará ao DISTRITO FEDERAL a eventual execução do CONTRATO.

9.2.6.1.2. O PENHOR se aperfeiçoará pela sua averbação no livro de Registro de Ações Nominativas da SPE IMOBILIÁRIA.

9.2.6.1.3. O cumprimento desta condicionante precederá a transferência e registro da propriedade do IMÓVEL nos termos do item 6.2.3.

9.2.6.1.4. A CONTRATADA cumprirá esta condicionante no prazo de 30 (trinta) dias após o registro da SPE IMOBILIÁRIA.

9.2.6.1.5. A CONTRATADA notificará o DISTRITO FEDERAL do cumprimento deste item para que o DISTRITO FEDERAL cumpra o item seguinte.

9.2.6.2. O DISTRITO FEDERAL procederá à transferência e registro, no competente Cartório de Registro de Imóveis, da propriedade do IMÓVEL à SPE IMOBILIÁRIA, gravados de HIPOTECA em favor do DISTRITO FEDERAL para a hipótese de inexecução deste CONTRATO, às expensas da CONTRATADA, conforme o item 6.2.3.

9.2.6.2.1. O DISTRITO FEDERAL procederá à transferência e registro da propriedade do IMÓVEL no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da averbação do PENHOR.

9.2.7. A transferência da propriedade do IMÓVEL, nos termos deste CONTRATO, é servível para custear as seguintes despesas relativas ao CONTRATO:

9.2.7.1. Todos os custos relativos à construção da VIA PONTE PARANOÁ.

9.2.7.2. O montante necessário para a CONTRATADA efetuar o pagamento da amortização do financiamento, incluindo o valor principal e os juros da dívida contraída, caso esse seja necessário.

9.2.7.3. O montante necessário para a CONTRATADA efetuar a remuneração de parte do capital próprio investido pelos acionistas, conforme PROJEÇÕES FINANCEIRAS.

10. CLÁUSULA 10 - TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE SOCIETÁRIO DA CONTRATADA

10.1. Durante todo o prazo de vigência deste CONTRATO, a transferência total ou parcial do controle da CONTRATADA dependerá de prévia anuência da CONTRATANTE.

10.1.1. Para fins deste CONTRATO, entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que:

10.1.1.1. é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e

10.1.1.2. usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

10.1.2. A transferência total ou parcial, direta ou indireta do controle acionário da CONTRATADA, sem a prévia anuência da CONTRATANTE, implicará a imediata caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

10.1.3. São consideradas situações de transferência de controle acionário, dentre outros, os seguintes eventos:

- 10.1.3.1. Quando um dos integrantes do grupo detentor do controle da CONTRATADA se retirar ou deixar de deter participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do seu controle acionário ou de sua controladora.
- 10.1.3.2. Quando a controladora deixar de deter a maioria do capital votante da empresa integrante do grupo de controle acionário da CONTRATADA.
- 10.1.4. Para fins de obtenção da anuência de que trata o item 10.1, a CONTRATADA deverá:
- 10.1.4.1. Comprovar o atendimento, pela pretendente, às exigências referentes à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação técnica, necessárias à assunção do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, originalmente previstas no EDITAL.
- 10.1.4.2. Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do CONTRATO em vigor.
- 10.1.5. O pedido de autorização da transferência do controle acionário da CONTRATADA deverá ser apresentado à CONTRATANTE, por escrito, pela CONTRATADA, contendo a justificativa para tanto, bem como elementos que possam subsidiar a análise do pedido, tais como cópias de atas de reunião de sócios ou acionistas da CONTRATADA, correspondências, relatórios de auditoria, demonstrações financeiras, dentre outros.
- 10.1.6. A CONTRATANTE examinará o pedido no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo da entrega do pedido, prorrogáveis por igual período, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos ou documentos adicionais à CONTRATADA, convocar os sócios ou acionistas

controladores da CONTRATADA e fazer quaisquer diligências que considerar adequadas.

10.1.7. A CONTRATANTE negará anuência à transferência do controle acionário da CONTRATADA que possa comprometer o cumprimento do objeto do CONTRATO ou a qualidade da execução dos SERVIÇOS.

10.1.8. Caso seja concedida, pela CONTRATANTE, a autorização para a transferência do controle da CONTRATADA, será formalizada, por escrito, nos termos da legislação vigente, indicando as condições e requisitos para sua realização.

10.2. À transferência total ou parcial do controle acionário da SPE IMOBILIÁRIA aplicam-se as regras previstas no item 10.1 e no seu Estatuto Social, cujos atos dependerão da prévia anuência da CONTRATANTE, excluídos o item 10.1.4.1 e a manifestação de vontade do DISTRITO FEDERAL.

10.3. No caso de extinção deste CONTRATO a qualquer tempo, a transferência das ações da CONTRATADA na SPE IMOBILIÁRIA obedecerá ao disposto no item 37.4 e seus subitens.

10.4. A CONTRATADA obriga-se a comunicar à CONTRATANTE a existência, o conteúdo e a eventual alteração de acordos de acionistas ou instrumentos equivalentes, ainda que não registrados na CONTRATADA, que repercutam sobre o efetivo controle da sociedade.

CAPÍTULO IV

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11. CLÁUSULA 11 - OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

11.1. As PARTES comprometem-se reciprocamente a cooperar e a prestar o auxílio que razoavelmente lhes possa ser exigido para o bom desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

11.2. A cooperação entre as PARTES iniciará imediatamente após a assinatura do CONTRATO. As PARTES se comprometem a empregar todos os esforços para cumprir tempestivamente todos os requisitos para a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO.

11.3. Constitui especial obrigação da CONTRATADA promover e exigir, de todas as entidades que venham a ser contratadas para o desenvolvimento de atividades integradas à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que sejam observadas as regras de boa condução das OBRAS e SERVIÇOS, bem como especiais medidas de salvaguarda da integridade física dos trabalhadores nelas envolvidos.

11.4. A CONTRATADA assume o compromisso, perante a CONTRATANTE, de contratar, para desenvolver atividades integradas à CONCESSÃO, apenas entidades que se encontrem devidamente licenciadas e autorizadas e que detenham capacidade técnica e profissional adequadas para o feito.

11.5. As decisões, autorizações, aprovações, pedidos ou demais atos da CONTRATANTE praticados ao abrigo do presente CONTRATO deverão ser devidamente fundamentados.

12. CLÁUSULA 12 - OBRIGAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL

12.1. O DISTRITO FEDERAL, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO e seus ANEXOS ou na legislação aplicável, obriga-se a:

12.1.1. Cumprir e respeitar as cláusulas e condições deste CONTRATO e dos documentos a ele relacionados.

12.1.2. Proceder à transferência e registro, no competente Cartório de Registro de Imóveis, da propriedade do IMÓVEL à SPE IMOBILIÁRIA, gravados de

HIPOTECA em favor do DISTRITO FEDERAL para a hipótese de inexecução deste CONTRATO, às expensas da CONTRATADA.

12.1.2.1. O DISTRITO FEDERAL procederá à transferência e registro da propriedade do IMÓVEL no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da averbação do PENHOR.

12.1.2.2. O descumprimento do prazo previsto no item anterior sujeitará o DISTRITO FEDERAL ao pagamento de multa diária no valor correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do VALOR DO CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa *pro rata die*, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro.

12.1.3. Desocupar todas as áreas públicas necessárias à implantação do objeto deste CONTRATO, às suas expensas, conforme ANEXO 11 e outras áreas que eventualmente estejam ocupadas.

12.1.4. Promover a desocupação de pessoas e coisas das áreas onde serão realizadas as OBRAS, inclusive do IMÓVEL.

12.1.5. Responsabilizar-se, exclusiva e diretamente, por despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais, decorrentes de atos ou fatos anteriores à DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, especialmente os referentes à área ambiental e fundiária.

12.1.5.1. Entendem-se também como atos ou fatos anteriores à DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, mesmo aqueles cujos efeitos se tornem conhecidos somente durante a execução da CONCESSÃO.

12.1.6. Fiscalizar a exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, zelando pela sua boa qualidade, inclusive recebendo e apurando queixas e reclamações dos usuários.

- 12.1.7. Assinar o Termo de Transferência Definitiva do EMPREENDIMENTO, quando da extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, após a verificação e aprovação das condições de transferência.
- 12.1.8. Fornecer, quando previsto, em tempo hábil, elementos necessários à execução do CONTRATO e colocar à disposição, sem ônus para a CONTRATADA, toda documentação necessária pertinente e de interesse à execução do CONTRATO.
- 12.1.9. Disponibilizar à CONTRATADA o direito de uso dos projetos e estudos relacionados ao EMPREENDIMENTO, podendo a CONTRATADA, mediante prévia autorização, modificá-los conforme sua proposta, sem que seja alterada sua titularidade.
- 12.1.10. Responsabilizar-se, exclusiva e diretamente, por danos preexistentes, despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais decorrentes de atos ou fatos anteriores à DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, bem como aos posteriores que não sejam de responsabilidade da CONTRATADA, observada a matriz de riscos.
- 12.1.11. Responsabilizar-se por todos os passivos ambientais existentes até a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, inclusive eventual contaminação do solo do IMÓVEL, bem como por eventuais atrasos e redimensionamentos nas OBRAS e SERVIÇOS deles decorrentes.
- 12.1.11.1. Entende-se também como passivos ambientais existentes até a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO aqueles ocorridos antes da referida data, mas conhecidos tão somente após o início da CONCESSÃO.
- 12.1.11.2. Caso a CONTRATADA descubra passivo ambiental, deverá encaminhar notificação ao DISTRITO FEDERAL, especificando o tipo de passivo ambiental encontrado, a forma que irá saná-lo, o custo para tanto, e o prazo estimado.

12.1.11.3. O DISTRITO FEDERAL será responsável pelas multas que órgãos ambientais aplicarem à CONTRATADA, em virtude de passivos ambientais decorrentes de atos ou fatos anteriores à DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO. O DISTRITO FEDERAL será responsável por essas multas mesmo que os passivos sejam revelados após a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, desde que decorram de atos ou fatos anteriores à DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO.

12.1.11.4. O DISTRITO FEDERAL manterá a CONTRATADA indene e livre de quaisquer prejuízos ou custos em virtude de passivos ambientais que se refiram a eventos anteriores à DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO. O DISTRITO FEDERAL intervirá em eventuais processos relativos à aplicação de multas que a CONTRATADA venha a responder e assumirá a responsabilidade por tais passivos e pelas penalidades que venham a ser eventualmente aplicadas no referido processo.

12.1.11.5. A CONTRATADA terá direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos da cláusula 21, por qualquer custo, despesa, penalidades, atraso ou perda de receita decorrente de passivos ambientais de responsabilidade do DISTRITO FEDERAL.

12.1.12. Fiscalizar permanentemente, através da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, a execução das OBRAS.

12.1.13. Fiscalizar permanentemente, através da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, a execução dos SERVIÇOS.

12.1.14. Fiscalizar a exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, zelando pela sua boa qualidade, inclusive recebendo e apurando queixas e reclamações dos usuários.

- 12.1.15. Extinguir a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA nos casos previstos em lei e neste CONTRATO.
- 12.1.16. Enviar à CONTRATADA e à SPE IMOBILIÁRIA, nos prazos legais, quaisquer autos de infração, em que qualquer destas constem como infratora.
- 12.1.17. Responsabilizar-se pelos ônus decorrentes da não realização das OBRAS objeto deste CONTRATO, caso tenha sido ocasionada por fatos comprovadamente alheios à CONTRATADA, observada a matriz de riscos.
- 12.1.18. Autorizar a contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE pela CONTRATADA, nos termos do item 52.3.
- 12.1.19. Outorgar ao VERIFICADOR INDEPENDENTE procuração pública com poderes para autorizar a baixa do registro da HIPOTECA dos LOTES junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis, nos termos do item 52.3.5.
- 12.1.20. Aprovar, em até 90 (noventa) dias, os PROJETOS EXECUTIVOS das OBRAS, contados da data de apresentação destes pela CONTRATADA, bem como os pareceres e relatórios emitidos pela CONTRATADA.
- 12.1.20.1. Os PROJETOS EXECUTIVOS poderão ser aprovados em partes, no mesmo prazo, liberando-se sua execução na medida em que os PROJETOS EXECUTIVOS sejam concluídos.
- 12.1.21. Aprovar, em até 90 (noventa) dias, os PROJETOS EXECUTIVOS dos SERVIÇOS, contados da data de apresentação destes pela CONTRATADA, bem como os pareceres e relatórios emitidos pela CONTRATADA.
- 12.1.21.1. Os PROJETOS EXECUTIVOS poderão ser aprovados em partes, no mesmo prazo, liberando-se sua execução na medida em que os PROJETOS EXECUTIVOS sejam concluídos.

12.1.22. Fornecer, quando previsto, em tempo hábil, elementos necessários à execução do CONTRATO e colocar à disposição, sem ônus para a CONTRATADA, toda documentação necessária pertinente e de interesse à execução do CONTRATO.

12.1.23. Extinguir a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos casos previstos em lei e neste CONTRATO.

12.1.24. Assumir a conservação e a manutenção da VIA PONTE PARANOÁ, no caso de extinção do CONTRATO, no prazo de 90 (noventa) dias.

12.2. Caberá ainda à CONTRATANTE, caso necessário, a desapropriação de todas as áreas, imóveis e benfeitorias particulares necessárias à implantação do objeto deste CONTRATO, conforme decreto expropriatório a ser editado pelo DISTRITO FEDERAL e às suas expensas.

12.3. A CONTRATADA e a CONTRATANTE procederão à vistoria conjunta do IMÓVEL e de toda a área onde será implantado o EMPREENDIMENTO, a qual deverá ser conduzida até 30 (trinta) dias após a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, sendo lavrado Laudo de Inspeção.

13. CLÁUSULA 13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA SPE IMOBILIÁRIA

13.1. A CONTRATADA, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO e seus ANEXOS ou na legislação aplicável, obriga-se a:

13.1.1. Responder, na vigência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, pela construção, conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ, e dos bens sob sua administração.

13.1.2. Obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, nos termos do § 3º do art. 9º da Lei nº 11.079/2004, e § 3º do art. 9º da Lei Distrital nº 3.792/2006.

13.1.3. Obedecer, rigorosamente, ao CRONOGRAMA DAS OBRAS.

13.1.4. Manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, as condições de habilitação exigidas na LICITAÇÃO.

13.1.5. Atender a todos os planos e programas referentes ao licenciamento ambiental, cabendo-lhe, quando for o caso, realizar avaliações e estudos ambientais complementares, arcar com os custos decorrentes das licenças ambientais de sua responsabilidade, assim como outras necessárias ao EMPREENDIMENTO, se for o caso, às expensas da CONTRATADA.

13.1.5.1. A CONTRATADA terá direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos da cláusula 21, caso qualquer licença ambiental imponha outras exigências além das previstas no ANEXO 08.

13.1.6. Caso ocorra atraso nas OBRAS ou nos SERVIÇOS que impacte as condições econômico-financeiras do CONTRATO, em virtude de demora na emissão de documentos ou na adoção de providências próprias da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, cobrindo todos os custos causados pelo atraso (custos de mobilização, desmobilização, aumento do custo por mudança de cronograma, atrasos de receitas etc.).

13.1.7. Criar a SPE IMOBILIÁRIA, às expensas da CONTRATADA.

13.1.8. Efetuar o registro, no competente Cartório de Registro de Imóveis, da transferência da propriedade do IMÓVEL pelo DISTRITO FEDERAL à SPE IMOBILIÁRIA, gravado de HIPOTECA em favor do DISTRITO FEDERAL para a hipótese de inexecução deste CONTRATO, às expensas da CONTRATADA.

- 13.1.9. Averbar o PENHOR em favor do DISTRITO FEDERAL das ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA no seu livro de Registro de Ações Nominativas
- 13.1.10. Obter financiamento de longo prazo para a execução do CONTRATO, às expensas da CONTRATADA, nos termos da cláusula 6.2.8.
- 13.1.11. Ressarcir os dispêndios correspondentes à realização dos projetos, estudos, levantamentos e investigações, de que trata a cláusula 60, ressalvados os itens 60.4.1 e 60.5, pela CONTRATADA às suas expensas.
- 13.1.12. Responsabilizar-se por todas as execuções judiciais decorrentes da execução do CONTRATO (CONTRATADA, subcontratadas) que diretamente ou indiretamente responsabilizem a CONTRATANTE em seus processos.
- 13.1.13. Responsabilizar-se por verificar a real situação da subcontratada quanto à regularidade das relações de trabalho com seu pessoal sob o contrato.
- 13.1.14. Responsabilizar-se por negociar com o financiador as condições de eventual contrato de financiamento, cabendo à CONTRATANTE disponibilizar informações e dados que se façam necessários.
- 13.1.15. Apresentar as PROJEÇÕES FINANCEIRAS para o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, através dos seguintes relatórios: Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), Balanço Patrimonial e Fluxo de Caixa, no prazo de 31 de maio do ano subsequente à DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO.
- 13.1.16. Elaborar os PROJETOS EXECUTIVOS das OBRAS e SERVIÇOS, a serem implantados ou modificados, para a devida aprovação do DISTRITO FEDERAL.

- 13.1.16.1. Quaisquer alterações no projeto, desde que seja dentro da área do IMÓVEL e seja aprovada juntamente com o plano urbanístico de ocupação, dispensa prévia aprovação da CONTRATANTE.
- 13.1.17. Apresentar ao DISTRITO FEDERAL os PROJETOS EXECUTIVOS das FASES das OBRAS, total ou parcialmente, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO.
- 13.1.18. Apresentar ao DISTRITO FEDERAL os PROJETOS EXECUTIVOS das OBRAS e SERVIÇOS.
- 13.1.19. Assumir integralmente as responsabilidades e encargos relacionados à execução das OBRAS e à prestação de SERVIÇOS compreendidos no CONTRATO, devendo executá-los de acordo com os CRONOGRAMAS e condições exigidos, observando-se a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis.
- 13.1.20. Assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes às suas obrigações quanto à execução do objeto do CONTRATO, observada a matriz de riscos.
- 13.1.21. Executar o objeto do CONTRATO durante todo o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, obedecendo aos prazos, condições técnicas e padrões de desempenho apresentados nos CRONOGRAMAS, QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO - QID e PROJETOS EXECUTIVOS.
- 13.1.22. Responsabilizar-se pelos danos que causar à CONTRATANTE, a terceiros ou ao meio ambiente, por si ou por seus representantes, na execução das OBRAS e SERVIÇOS, não se responsabilizando, contudo, por danos ao meio ambiente praticados por terceiros ou pela própria CONTRATANTE, mantendo-se indene quanto aos referidos danos.
- 13.1.23. Sem quaisquer ônus para o DISTRITO FEDERAL, desfazer todas as OBRAS que forem executadas em desacordo com as condições

estabelecidas neste CONTRATO ou nos projetos aprovados e reconstituí-las, segundo os mesmos projetos, ressalvados os casos em que o DISTRITO FEDERAL, expressa e formalmente, aceitar tais OBRAS como feitas a contento.

13.1.24. Sem quaisquer ônus para o DISTRITO FEDERAL, desfazer todos os SERVIÇOS que forem executados em desacordo com as condições estabelecidas neste CONTRATO ou nos projetos aprovados e reconstituí-los, segundo os mesmos projetos, ressalvados os casos em que o DISTRITO FEDERAL, expressa e formalmente, aceitar tais SERVIÇOS como feitos a contento.

13.1.25. Responsabilizar-se pela correta emissão de seus documentos, inclusive de cobrança, em todos os seus aspectos e, especialmente, observar a legislação tributária vigente.

13.1.26. Responsabilizar-se pela preservação, remoção e recolocação, conforme o caso, dos cabos, canalizações e outras instalações situadas na área de interferência das OBRAS e SERVIÇOS, correndo às suas expensas todos os custos relacionados com essa atividade, observando-se o que prescreve a cláusula 27.10.

13.1.26.1. A CONTRATADA é responsável pelo remanejamento às suas expensas de todas as interferências, sejam elas previstas ou não previstas.

13.1.26.2. Caso ocorra acidentes com interferências, a CONTRATADA será responsável por remediá-los às suas expensas.

13.1.27. Fornecer todos os materiais e equipamentos para as OBRAS e SERVIÇOS, que deverão ser de qualidade comprovada, de fornecedores idôneos e de capacidade compatível com os PROJETOS EXECUTIVOS.

13.1.28. Manter serviços de vigilância/segurança patrimonial de forma a garantir a integridade do EMPREENDIMENTO até a entrega das OBRAS.

- 13.1.29. Transferir à CONTRATANTE os manuais de operação, cadastros e documentação utilizados ou desenvolvidos no âmbito deste CONTRATO, necessários à conservação e manutenção dos equipamentos instalados nas OBRAS e à continuidade dos SERVIÇOS.
- 13.1.30. Utilizar somente produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal.
- 13.1.31. Manter atualizados os registros e os inventários dos bens vinculados à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA e zelar pela sua integridade, segurando-os adequadamente, sendo-lhe vedado fazer cessão ou transferência desses bens, a qualquer título, ou dá-los em garantia, exceto quando disposto o contrário neste CONTRATO.
- 13.1.32. Contratar os seguros exigidos no ANEXO 14.
- 13.1.33. Manter, permanentemente, exceção feita aos períodos de manutenção necessários, os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, com adequada estrutura de operação e conservação dos bens e instalações, de conformidade com as especificações referidas no CONTRATO.
- 13.1.34. Reforçar ou substituir os seus recursos de equipamento ou de pessoal, caso constatada a sua inadequação para a execução das OBRAS e SERVIÇOS pertinentes.
- 13.1.35. Observar a legislação ambiental, e demais normas e regulamentos aplicáveis ao objeto do CONTRATO, cumprir as disposições legais e regulamentares, respondendo pelas consequências do descumprimento das mesmas.
- 13.1.36. Submeter à apreciação da CONTRATANTE, conforme o caso, as eventuais adequações de projetos e procedimentos de melhoria de eficiência, ressalvadas as hipóteses já expressamente autorizadas no presente CONTRATO.

- 13.1.37. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os SERVIÇOS e OBRAS compreendidos no CONTRATO.
- 13.1.38. Manter a CONTRATANTE informada de todos os detalhes das OBRAS e SERVIÇOS, no prazo de 15 (quinze) dias, após a consulta, salvo se a resposta demandar maior prazo para ser elaborada.
- 13.1.38.1. Quando a informação demandar um prazo maior, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, no prazo mencionado na cláusula acima, a data em que responderá, justificando a necessidade de prazo mais extenso para efetuar a resposta, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
- 13.1.39. Elaborar e manter atualizados os projetos e planos necessários à execução do objeto do CONTRATO, informando eventuais alterações à CONTRATANTE.
- 13.1.40. Publicar as demonstrações financeiras anuais em jornais de grande circulação nacional, no Diário Oficial do Distrito Federal e manter *site* na *internet* com essas informações.
- 13.1.41. Comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de afastamento ou substituição do COORDENADOR GERAL, bem como a sua eventual substituição por profissional de currículo equivalente ou superior.
- 13.1.42. Enviar à CONTRATANTE, dentro de até 48 (quarenta e oito) horas de sua lavratura, quaisquer autos de infração relativos à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, juntamente com um relato dos motivos que determinaram a autuação.
- 13.1.43. Permitir à COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, ou prepostos autorizados, em qualquer época, o acesso às dependências do EMPREENDIMENTO, às OBRAS, aos SERVIÇOS, aos equipamentos e às

instalações integrantes, designando quando necessário um técnico de nível superior para acompanhar tais visitas.

13.1.44. Encaminhar à CONTRATANTE toda a documentação contendo modelos, parâmetros e demais características técnicas do EMPREENDIMENTO, dos equipamentos que o integrarem, na medida em que os estudos e projetos venham a ser concluídos.

13.1.45. Providenciar as autorizações e licenças necessárias à implantação do EMPREENDIMENTO e a execução das OBRAS, inclusive a obtenção de aprovação das plantas e alvarás junto aos órgãos competentes, às suas despesas.

13.1.46. Manter em adequadas condições de estabilidade e segurança as OBRAS e SERVIÇOS.

13.1.47. Responder pela instalação e manutenção dos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, relativos ao número total de trabalhadores em serviço, de acordo com as normas de segurança e a legislação em vigor.

13.1.48. Fornecer, orientar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, adequados aos riscos decorrentes da execução do escopo contratual, garantido a proteção da integridade física de todos os trabalhadores, durante o exercício das atividades, inclusive a de terceiros.

13.1.49. Fornecer e tornar obrigatório o uso de uniformes adequados à função e da identidade funcional da CONTRATADA, dentro da área de realização das OBRAS e SERVIÇOS, de acordo com a legislação vigente.

13.1.50. Fazer seguro de seus trabalhadores contra riscos de acidentes do trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, médicos e os decorrentes de

controle médico de saúde ocupacional, resultantes da execução do CONTRATO.

13.1.51. Transmitir à CONTRATANTE, por ocasião da extinção do CONTRATO, os BENS REVERSÍVEIS, sem ônus e em perfeitas condições de continuidade de conservação e manutenção, na forma da Lei e deste CONTRATO.

13.1.52. Elaborar inventário minucioso contendo descrição do estado e da quantidade de equipamentos e instalações existentes, quando da transmissão dos BENS REVERSÍVEIS ao DISTRITO FEDERAL.

13.1.53. Dar ciência às empresas subcontratadas para a execução dos SERVIÇOS, relacionados ao OBJETO da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, das disposições deste CONTRATO e seus ANEXOS, das normas aplicáveis ao desenvolvimento das atividades para as quais foram subcontratadas e das disposições referentes ao pessoal contratado e à proteção ambiental.

13.1.54. Apresentar, mensalmente, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS correspondentes aos SERVIÇOS e aos seus empregados, referente ao mês anterior, em atividade na execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

13.1.55. Apresentar plano de gerenciamento de resíduos sólidos para execução das OBRAS, em atendimento à Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011.

13.1.56. Ter conhecimento e realizar tratativas com o EMPREENDEDOR sobre o Plano de Ação de Emergência- PAE da Barragem do Paranoá.

13.1.57. A CONTRATADA apresentará no prazo de 30 (trinta) dias após a data de assinatura do CONTRATO os seguintes documentos servíveis para a fiscalização da CONTRATANTE:

13.1.57.1. PROJEÇÕES FINANCEIRAS.

13.1.57.2. CRONOGRAMA DAS OBRAS - ANEXO 02.

13.1.57.3. PLANO DE SEGUROS - ANEXO 14.

13.2. A SPE IMOBILIÁRIA, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO e seus ANEXOS ou na legislação aplicável, obriga-se a:

13.2.1. Registrar o LOTEAMENTO do IMÓVEL, no competente Registro de Imóveis, às expensas da SPE IMOBILIÁRIA.

13.2.2. Responsabilizar-se por todas as execuções de ações trabalhistas decorrentes da execução do CONTRATO (CONTRATADA, subcontratadas) que diretamente ou indiretamente responsabilizem qualquer da CONTRATANTE em seus processos.

13.2.3. Responsabilizar-se por verificar a real situação da subcontratada quanto à regularidade das relações de trabalho com seu pessoal sob o contrato.

13.2.4. Responsabilizar-se por negociar com o financiador as condições de eventual contrato de financiamento, cabendo à CONTRATANTE disponibilizar informações e dados que se façam necessários.

13.2.5. Assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes às suas obrigações quanto à execução do objeto do CONTRATO, observada a matriz de riscos.

13.2.6. Responsabilizar-se pelos danos que causar à CONTRATANTE, a terceiros ou ao meio ambiente, por si ou por seus representantes, não se responsabilizando, contudo, por danos ao meio ambiente praticados por

terceiros ou pela própria CONTRATANTE, mantendo-se indene quanto aos referidos danos.

13.2.7. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à implantação do LOTEAMENTO.

13.2.8. Executar toda a INFRAESTRUTURA URBANA do IMÓVEL, às suas expensas.

13.2.9. Responsabilizar-se pela correta emissão de seus documentos, em todos os seus aspectos e, especialmente, observar a legislação tributária vigente.

13.2.10. Manter serviços de vigilância/segurança patrimonial de forma a garantir a integridade do IMÓVEL.

13.2.11. Publicar as demonstrações financeiras anuais em jornais de grande circulação nacional, no Diário Oficial do Distrito Federal e manter *site* na *internet* com essas informações.

13.3. Não será de responsabilidade da CONTRATADA ou da SPE IMOBILIÁRIA a reparação e reconstituição de OBRAS viárias ou qualquer outro bem integrante do EMPREENDIMENTO que tenha sido objeto de obras ou intervenções realizadas, direta ou indiretamente, pela CONTRATANTE, seus terceirizados ou por suas concessionárias de serviços públicos.

13.3.1. Na hipótese deste item, a reparação e reconstituição dos bens afetados será de inteira responsabilidade do causador do dano e da CONTRATANTE, solidariamente, devendo observar as condições prévias e os padrões técnicos estabelecidos pela CONTRATADA ou pela SPE IMOBILIÁRIA, conforme o caso.

13.3.2. Na hipótese deste item, a CONTRATADA ou a SPE IMOBILIÁRIA não ficarão obrigadas a prestar garantia técnica sobre os SERVIÇOS ou OBRAS impactadas.

13.4. A CONTRATADA e a SPE IMOBILIÁRIA deverão observar rigorosamente o disposto nos seguintes ANEXOS, dentre outras disposições e ANEXOS, para fins de elaboração dos PROJETOS EXECUTIVOS, sob pena de desaprovação:

13.4.1. ANEXO 03 - ANTEPROJETO DAS OBRAS

13.4.2. ANEXO 05 - ANTEPROJETO DOS SERVIÇOS

13.4.3. ANEXO 08 - DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

13.4.4. ANEXO 09 - DIRETRIZES URBANÍSTICAS

13.4.5. ANEXO 10 - DIRETRIZES MANDATÓRIAS GERAIS

13.5. A SPE IMOBILIÁRIA somente poderá alienar os LOTES em observância ao disposto no item 23.6.

13.6. A SPE IMOBILIÁRIA se obrigará a observar, cumprir e fazer cumprir este CONTRATO, bem como se submeter às sanções aqui discriminadas, como se parte fosse, nos termos do item 2.1.3 do ANEXO XIV

13.6.1. A SPE IMOBILIÁRIA firmará DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DA SPE IMOBILIÁRIA - ANEXO 22, nesse sentido.

14. CLÁUSULA 14 - CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

14.1. Consideram-se caso fortuito e força maior, com as consequências estabelecidas neste CONTRATO, os eventos imprevisíveis e inevitáveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios às PARTES, e que tenham um impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

14.2. Caso fortuito é toda situação decorrente de fato alheio à vontade das PARTES, porém proveniente de atos humanos. Constituem nomeadamente caso fortuito: atos de guerra, comoção social, hostilidades ou invasão, subversão, tumultos, rebelião ou terrorismo, bem como inexecução do contrato por alteração na estrutura político-administrativa da CONTRATANTE que afete as atividades compreendidas na CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

14.3. Força maior consiste no fato resultante de situações independentes da vontade humana. Constituem nomeadamente força maior: epidemias, radiações atômicas, fogo, raio, graves inundações, chuvas mensais com média superior aos últimos cinco anos do respectivo mês, ciclones, tremores de terra e outros cataclismos naturais, que afetem as atividades compreendidas na CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

14.4. Sem prejuízo do disposto no item seguinte, a ocorrência de caso fortuito ou força maior será de responsabilidade da CONTRATANTE.

14.5. A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar imediatamente à outra PARTE a ocorrência de qualquer evento dessa natureza, nos termos desta cláusula.

CAPÍTULO V

REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

15. CLÁUSULA 15 - REMUNERAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

15.1. A remuneração pela CONCESSÃO ADMINISTRATIVA dar-se-á mediante:

15.1.1. APOORTE não pecuniário servível para remunerar as OBRAS de construção da VIA PONTE PARANOÁ:

15.1.1.1. da Ponte sobre o Rio Paranoá;

15.1.1.2. do sistema viário conforme ANEXO 03;

15.1.2. CONTRAPRESTAÇÃO servível para remunerar os SERVIÇOS de conservação e manutenção:

15.1.2.1. da Ponte sobre o Rio Paranoá;

15.1.2.2. do sistema viário conforme ANEXO 03.

15.1.3. O pagamento do APORTE não pecuniário dar-se-á mediante (a) o cancelamento da averbação do PENHOR das ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA, e (b) a baixa do registro da HIPOTECA dos LOTES junto aos competentes Cartórios de Registro de Imóveis, proporcionalmente e após a conclusão de cada FASE das OBRAS.

15.1.4. A CONTRAPRESTAÇÃO pecuniária mensal em face da execução dos SERVIÇOS terá início apenas após a conclusão integral das OBRAS.

15.1.5. A construção da INFRAESTRUTURA URBANA das GLEBAS não será remunerada por este CONTRATO, conforme o item 5.4.

15.2. APORTE pela conclusão de FASES das OBRAS da VIA PONTE PARANOÁ:

15.2.1. O TERMO DE QUITAÇÃO PARCELADO será emitido pela COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO à CONTRATADA, certificando o recebimento de FASES das OBRAS, conforme CRONOGRAMA DAS OBRAS - ANEXO 02, para fins do correspondente cancelamento parcial da averbação do PENHOR das ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA e cancelamento parcial do registro da HIPOTECA dos LOTES, proporcionalmente e após a conclusão de cada FASE das OBRAS.

15.2.2. O TERMO DE QUITAÇÃO FINAL será emitido pela COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO à CONTRATADA, certificando o recebimento da última FASE das OBRAS, conforme CRONOGRAMA DAS OBRAS - ANEXO 02, para fins do cancelamento pleno da averbação do PENHOR das ações da SPE IMOBILIÁRIA, cancelamento pleno do registro da HIPOTECA dos LOTES, e início do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO dos SERVIÇOS.

15.2.3. Concluída qualquer FASE ou conjunto de FASES com no mínimo 5,00% (cinco por cento) do volume das OBRAS da VIA PONTE PARANOÁ, a CONTRATADA notificará a COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO para atestar a sua aceitação, obedecido o disposto na cláusula 28.1.

15.2.4. Atestada a sua aceitação, a COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO emitirá o respectivo TERMO DE QUITAÇÃO PARCELADO ou FINAL, conforme o caso, desde que a CONTRATADA tenha executado a respectiva FASE das OBRAS, conforme CRONOGRAMA DAS OBRAS.

15.2.4.1. A não emissão do TERMO DE QUITAÇÃO PARCELADO ou FINAL no prazo de 10 (dez) dias após cumpridos os requisitos previstos no item anterior sujeitará o DISTRITO FEDERAL ao pagamento de multa diária no valor correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do VALOR DO CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa *pro rata die*, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro.

15.2.5. Após a emissão do TERMO DE QUITAÇÃO PARCELADO ou FINAL de cada FASE das OBRAS, conforme o caso, como APORTE a CONTRATADA procederá ao correspondente **cancelamento da averbação do PENHOR das ações** da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA, e **a baixa do registro da HIPOTECA dos LOTES**, proporcionalmente e após a conclusão de cada FASE das OBRAS, e assim sucessivamente, até a entrega da última FASE das OBRAS.

15.2.5.1. O percentual de ações para cancelar a averbação do penhor e o percentual de área de LOTES em metros quadrados para cancelar o registro da HIPOTECA encontra-se fixado no CRONOGRAMA DAS OBRAS - ANEXO 02 - coluna "Investimento (%)".

15.2.5.2. A CONTRATADA procederá ao cancelamento da averbação no seu livro de Registro de Ações Nominativas do PENHOR em favor do DISTRITO FEDERAL das ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA.

15.2.5.3. A SPE IMOBILIÁRIA notificará o VERIFICADOR INDEPENDENTE para este autorizar a baixa da HIPOTECA dos LOTES por ela indicados junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis, conforme o percentual de área em metros quadrados obtido acima.

15.2.5.3.1. A notificação será instruída com:

15.2.5.3.1.1. TERMO DE QUITAÇÃO PARCELADO ou FINAL.

15.2.5.3.1.2. Relação dos LOTES em área não superior ao percentual acima.

15.2.5.3.1.3. Matrícula dos LOTES.

15.2.5.3.2. À vista do TERMO DE QUITAÇÃO FINAL o VERIFICADOR INDEPENDENTE autorizará a baixa da HIPOTECA de todos os LOTES remanescentes.

15.2.5.4. O VERIFICADOR INDEPENDENTE, munido da notificação e dos documentos que a instruem, autorizará, no prazo de até 10 (dez) dias, à baixa da HIPOTECA dos LOTES indicados pela SPE IMOBILIÁRIA junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis, mediante instrumento particular.

15.2.5.4.1. O descumprimento do prazo previsto no item anterior sujeitará o VERIFICADOR INDEPENDENTE ao pagamento de multa diária no valor correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor deste CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa *pro rata die*, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro.

15.2.5.5. O VERIFICADOR INDEPENDENTE representará o DISTRITO FEDERAL junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis mediante procuração pública outorgada pelo DISTRITO FEDERAL, nos termos do item 12.1.23.

15.2.5.6. O não cancelamento da averbação do PENHOR das ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA e/ou a não baixa do registro da HIPOTECA dos LOTES junto aos competentes Cartórios de Registro de Imóveis no prazo de 10 (dez) dias após cumpridos os requisitos, por culpa do DISTRITO FEDERAL, sujeitá-lo-á ao pagamento de multa no valor correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do VALOR DO CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa *pro rata die*, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro.

15.2.5.7. Na hipótese de não haver sido registrado o LOTEAMENTO, a baixa do registro da HIPOTECA sobre a GLEBA somente será possível após a conclusão integral das OBRAS.

15.3. CONTRAPRESTAÇÃO pela execução dos SERVIÇOS de conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ:

15.3.1. Concluídas integralmente as OBRAS da VIA PONTE PARANOÁ, a CONTRATADA apresentará à COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO os PROJETOS EXECUTIVOS dos SERVIÇOS referentes à conservação e manutenção da VIA PONTE PARANOÁ, para fins de fiscalização do DISTRITO FEDERAL.

15.3.2. Atestada a sua aceitação e aprovados os PROJETOS EXECUTIVOS dos SERVIÇOS, ainda que parcialmente, nos termos do item 12.1.25, obriga-se a CONTRATADA a iniciar imediatamente a execução dos SERVIÇOS.

15.3.3. A prova da execução dos SERVIÇOS dar-se-á mediante a mera apresentação pela CONTRATADA à COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO do RELATÓRIO MENSAL DE QID, observados os termos e prazos do item 15.3.9.

15.3.4. A CONTRAPRESTAÇÃO referente à prestação dos SERVIÇOS será exclusivamente pecuniária, mensal e variável conforme o desempenho mensal da CONTRATADA, verificado no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO - QID (ANEXO 15).

15.3.5. O pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO será iniciado após o cumprimento do item 15.3.2

15.3.5.1. Caso o item 15.3.2 não seja cumprido por culpa do DISTRITO FEDERAL, iniciar-se-á o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO.

15.3.6. A CONTRAPRESTAÇÃO será variável e terá duas funções: (i) incentivar o desempenho da CONTRATADA, que será remunerada conforme seu nível de performance; e (ii) equacionar a distribuição de riscos deste CONTRATO.

15.3.7. A CONTRAPRESTAÇÃO será calculada com base na PROPOSTA ECONÔMICA e variará conforme o desempenho da CONTRATADA em face da NOTA DE QID atribuída no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO - QID (ANEXO 15).

15.3.8. A avaliação de desempenho da CONTRATADA será realizada mediante QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO - QID (ANEXO 15), constituído de indicadores mensuráveis de forma transparente e desenhados para incentivar a CONTRATADA a alcançar os níveis elevados de desempenho.

15.3.9. A CONTRATADA deverá apresentar ao DISTRITO FEDERAL o RELATÓRIO MENSAL DE QID, com a indicação da NOTA DE QID, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prestação dos SERVIÇOS, para ser analisado pela

COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, que deverá comunicar à CONTRATADA sua concordância ou discordância até o dia 10 (dez) do mesmo mês.

15.3.10. O RELATÓRIO MENSAL DE QID será acompanhado de memória de cálculo dos indicadores e das informações pertinentes às notas atribuídas.

15.3.11. O DISTRITO FEDERAL deve realizar o pagamento à CONTRATADA, com base na NOTA DE QID atribuída ao seu desempenho, cujo cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO variável será realizado nos termos do ANEXO 07.

15.3.12. Na hipótese de não haver composição entre a CONTRATADA e o DISTRITO FEDERAL com relação à NOTA DE QID, a decisão sobre a NOTA FINAL DE QID será encaminhada, também até o dia 10 (dez) do mesmo mês, à COMISSÃO TÉCNICA designada na forma estabelecida neste CONTRATO, para solucionar divergências de natureza técnica e econômico-financeira na execução do CONTRATO, sem prejuízo do pagamento de valores incontroversos.

15.3.13. A COMISSÃO TÉCNICA terá até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da prestação dos SERVIÇOS para concluir a auditoria e proferir a NOTA FINAL DE QID.

15.3.14. Caso a NOTA FINAL DE QID seja superior à NOTA DE QID que serviu de base para o pagamento, a diferença deverá ser paga pelo DISTRITO FEDERAL à CONTRATADA, que será atualizada mensalmente pelo IPCA/IBGE.

15.3.15. Caso a NOTA FINAL DE QID seja inferior à NOTA DE QID que serviu de base para o pagamento, a diferença deverá ser paga pela CONTRATADA ao DISTRITO FEDERAL, que será atualizada mensalmente pelo IPCA/IBGE.

- 15.3.16. Em qualquer caso, eventual valor negativo da CONTRAPRESTAÇÃO deverá ser pago pela CONTRATADA ao DISTRITO FEDERAL, que será atualizado mensalmente pelo IPCA/IBGE.
- 15.3.17. Para o recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO devida, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS correspondentes aos SERVIÇOS e aos seus empregados, referente ao mês anterior, em atividade na execução da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sem os quais não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas.
- 15.3.18. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal, mensalmente, em favor do DISTRITO FEDERAL, referente aos SERVIÇOS prestados com base no OBJETO contratado, que deverá ser submetida à COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO para atestação, após definição da NOTA DE QID.
- 15.3.19. O pagamento será efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao da prestação dos SERVIÇOS, obedecendo-se as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.
- 15.3.20. Os valores não liquidados e pagos pelo DISTRITO FEDERAL no prazo previsto no item anterior serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento), correção monetária mensal pelo IPCA/IBGE e juros segundo a taxa que, na época do atraso, estiver em vigor para mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda do Distrito Federal.
- 15.3.21. Os documentos de cobrança deverão ser emitidos em 2 (duas) vias, com os valores expressos em moeda corrente nacional - Real, e protocolados no endereço indicado pelo DISTRITO FEDERAL no PERÍODO DE ATENDIMENTO.
- 15.3.22. O valor do primeiro pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO será proporcional à quantidade de dias de prestação dos SERVIÇOS realizados no primeiro mês e aos SERVIÇOS efetivamente prestados.

15.3.23. As obrigações financeiras decorrentes da execução do CONTRATO serão atendidas com recursos consignados no orçamento do DISTRITO FEDERAL, e correrão à conta do:

Programa de trabalho: ____

Elemento de despesa: ____

Fonte: 100

15.4. Reajustamento:

15.4.1. O reajustamento da CONTRAPRESTAÇÃO será anual, contado da data-base do orçamento (___/___/___), de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calculado pela seguinte fórmula (art. 40, XI da Lei nº 8.666/93):

$$P = P_o \times I / I_o$$

Onde:

P = valor dos SERVIÇOS reajustado

P_o = valor dos SERVIÇOS na data do orçamento

I = valor do índice do mês devido para reajustamento

I_o = valor do índice do mês da data do orçamento

15.4.2. No caso de o índice utilizado deixar de existir, será ele substituído por outro que melhor reflita as variações de preços do setor.

15.4.3. O reajustamento da CONTRAPRESTAÇÃO será aplicado automaticamente ao CONTRATO, independentemente de solicitação ou anuência das PARTES.

15.4.4. Da aplicação da fórmula prevista nesta cláusula será obtido o valor reajustado, que será aplicável para o próximo período de referência.

16. CLÁUSULA 16 - RECEITAS ACESSÓRIAS

16.1. A CONTRATADA poderá auferir RECEITAS ACESSÓRIAS, decorrentes de projetos associados, desde que observadas as seguintes condições:

16.1.1. Aprovação prévia do DISTRITO FEDERAL.

16.1.2. Não deve prejudicar o desempenho do objeto principal do CONTRATO.

16.1.3. Contabilização dessas receitas separadamente.

16.2. A CONTRATADA deverá encaminhar à COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO solicitação para exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, onde deverá constar:

16.2.1. Descrição das atividades a serem empenhadas.

16.2.2. Estimativa dos respectivos custos e receitas.

16.2.3. Demonstração da inexistência de prejuízo ao desempenho do objeto do CONTRATO.

16.3. As RECEITAS ACESSÓRIAS serão apuradas anualmente, de maneira que a sua receita bruta será compartilhada com o DISTRITO FEDERAL, na proporção de 70% (setenta por cento) para a CONTRATADA e 30% (trinta por cento) para o DISTRITO FEDERAL.

16.4. Não se incluem no conceito de RECEITAS ACESSÓRIAS para fins desta cláusula:

16.4.1. Receitas financeiras.

16.4.2. Valores recebidos por seguro e por penalidades pecuniárias previstas nos contratos firmados entre a CONTRATADA e terceiros, bem como resultantes de execução de garantias contratuais.

16.5. A parcela mensal das RECEITAS ACESSÓRIAS devidas será depositada pela CONTRATADA em conta bancária informada pelo DISTRITO FEDERAL até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

16.6. No caso de inadimplência da CONTRATADA, serão acrescidos correção monetária pelo IPCA, multa de 2% (dois por cento), e juros moratórios de 1%

(um por cento) ao mês *pro rata die*, entre a data do vencimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

17. CLÁUSULA 17 - TORNA

17.1. A CONTRATADA deverá pagar ao DISTRITO FEDERAL o valor em reais da TORNA proposto pela CONTRATADA em sua PROPOSTA ECONÔMICA, na seguinte conta bancária informada pelo DISTRITO FEDERAL:

CNPJ:___ Banco:___ Agência:___ Conta Corrente:___

17.2. O valor da TORNA será pago em 1 (uma) única parcela, vencendo-se 30 (trinta) dias após a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO.

17.3. Reajustamento:

17.3.1. O valor da TORNA será reajustado a partir da data da proposta (___/___/___), de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calculado pela seguinte fórmula (art. 40, XI da Lei nº 8.666/93):

$$P = P_o \times I / I_o$$

Onde:

P = valor da TORNA reajustado

P_o = valor da TORNA na data da proposta

I = valor do índice do mês devido para reajustamento

I_o = valor do índice do mês da data do orçamento

17.3.2. No caso de o índice utilizado deixar de existir, será ele substituído por outro que melhor reflita as variações de preços do setor.

17.3.3. O reajustamento da TORNA será aplicado automaticamente ao CONTRATO, independentemente de solicitação ou anuência das PARTES.

17.3.4. Da aplicação da fórmula prevista nesta cláusula será obtido o valor reajustado, que será aplicável para o próximo período de referência.

17.4. Os valores não liquidados e pagos pela CONTRATADA no prazo previsto nesta cláusula serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento), correção monetária mensal pelo IPCA/IBGE e juros segundo a taxa que, na época do atraso, estiver em vigor para mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda do Distrito Federal.

CAPÍTULO VI

AVALIAÇÃO MENSAL DO DESEMPENHO DA CONTRATADA

18. CLÁUSULA 18 - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

18.1. O QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO é o instrumento de avaliação do desempenho da CONTRATADA na execução deste CONTRATO e será utilizado para a determinação da NOTA DE QID, que servirá de base para a fixação de PENALIDADE em caso de ineficiência da CONTRATADA quanto á execução dos SERVIÇOS.

18.1.1. A avaliação a que se refere esta cláusula será feita mensalmente a partir do início da execução dos SERVIÇOS.

18.1.1.1. A NOTA DE QID será sempre igual a 100% nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da execução dos SERVIÇOS, período esse considerado razoável para adequação e uniformização desses SERVIÇOS.

18.1.2. A NOTA DE QID, determinada por intermédio do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, servirá de base para o DISTRITO FEDERAL:

18.1.2.1. Monitorar a performance da CONTRATADA na execução do OBJETO deste CONTRATO.

18.1.2.2. Calcular a PENALIDADE em caso de ineficiência da CONTRATADA quanto à execução dos SERVIÇOS.

18.1.2.3. Aplicar eventuais penalidades relativas a desempenho abaixo da média, quando for o caso.

19. CLÁUSULA 19 - AVALIAÇÃO MENSAL DO DESEMPENHO DA CONTRATADA

19.1. A avaliação do desempenho da CONTRATADA quanto à execução dos SERVIÇOS será feita mensalmente, a partir da data de início da execução dos SERVIÇOS, com base em indicadores objetivos previstos no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, e terá por fim determinar a NOTA DE QID que servirá de base para a fixação de PENALIDADE em caso de ineficiência da CONTRATADA quanto à execução dos SERVIÇOS.

19.2. O QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO será alimentado pela CONTRATADA, periodicamente, com informações relativas ao seu desempenho quanto à execução dos SERVIÇOS.

19.2.1. A CONTRATADA apresentará para análise da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO a Fatura juntamente com o RELATÓRIO MENSAL DE QID, com a indicação da NOTA DE QID, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da execução dos SERVIÇOS, para análise e aprovação.

19.2.2. O cálculo e a apuração dos indicadores serão efetuados mensalmente.

19.2.3. No caso de eventual discordância da NOTA DE QID, o procedimento para solução de divergências obedecerá ao disposto na cláusula 46.

19.3. O QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO - QID poderá ser aferido e calibrado periodicamente pela CONTRATADA e pelo DISTRITO FEDERAL, nos termos da cláusula seguinte.

20. CLÁUSULA 20 - REVISÃO DO QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

20.1. O conteúdo do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO poderá ser revisto pelo DISTRITO FEDERAL nas seguintes hipóteses:

20.1.1. Utilização de índices de desempenho inaplicáveis à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

20.1.2. Utilização de índices de desempenho ineficazes para proporcionar à execução do OBJETO a qualidade mínima exigida.

20.1.3. Exigência, pelo DISTRITO FEDERAL, de novos padrões de desempenho motivados pelo surgimento de inovações tecnológicas ou adequações a padrões internacionais, condicionado à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

20.2. A cada 04 (quatro) anos, a CONTRATADA e o DISTRITO FEDERAL poderão promover a revisão ordinária do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO - QID com sua eventual atualização e realinhamento, sem prejuízo de revisões extraordinárias sempre que se fizerem necessárias.

20.3. As revisões ordinárias serão convocadas por escrito pelo DISTRITO FEDERAL com antecedência mínima de 03 (três) meses do término do prazo para sua realização.

20.4. A revisão do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO será conduzida pelo DISTRITO FEDERAL, com a participação da CONTRATADA, da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO e da COMISSÃO TÉCNICA.

20.5. Caso necessário, a CONTRATADA e o DISTRITO FEDERAL contratarão terceiros especializados no escopo a ser tratado, cujos custos serão divididos meio-a-meio entre a CONTRATADA e o DISTRITO FEDERAL.

20.6. A CONTRATADA e o DISTRITO FEDERAL estabelecerão de comum acordo o prazo razoável para a CONTRATADA adequar-se aos novos padrões eventualmente fixados, sem prejuízo de eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

20.7. No caso da não aceitação por parte da CONTRATADA de qualquer alteração no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, a manifestação deverá ser fundamentada e submetida à deliberação da COMISSÃO TÉCNICA.

CAPÍTULO VII

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E FORMAS DE RECOMPOSIÇÃO

21. CLÁUSULA 21 - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO e a distribuição de riscos nele estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

21.1.1. Caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, em favor de quaisquer das PARTES, para a efetivação da alocação de riscos prevista neste CONTRATO ou quando houver alteração do escopo do CONTRATO, desde que, como resultado direto dessa alteração, verifique-se para a CONTRATADA modificação dos custos ou das receitas para mais ou para menos, ou ainda alteração do cronograma de percepção de receitas e custos, observado o procedimento detalhado no ANEXO 17.

21.2. São riscos da CONTRATADA, cuja ocorrência não ensejará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO

21.2.1. O desconhecimento das condições de execução das OBRAS e execução dos SERVIÇOS, exceto nos casos previstos na subcláusula 21.3.

- 21.2.2. Variações de custos e atrasos na execução das obrigações assumidas ou a sua discrepância em relação aos custos e cronograma previstos na elaboração de sua PROPOSTA ECONÔMICA.
- 21.2.3. Variações de custos em relação ao previsto nas PROJEÇÕES FINANCEIRAS, inclusive o valor ou o volume físico dos investimentos de sua responsabilidade.
- 21.2.4. O prejuízo ou a redução de ganhos decorrentes da livre exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA e dos riscos normais à atividade empresarial.
- 21.2.5. Investimentos e custos adicionais referentes à alterações no ANTEPROJETO, cuja mudança tenha sido proposta por sua iniciativa, inclusive os custos relacionados a eventuais necessidade de nova aprovação ou novo licenciamento do projeto daí decorrentes.
- 21.2.6. Obtenção de licenças, permissões e autorizações relativas à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA e ao IMÓVEL.
- 21.2.7. Renovação e manutenção de licenças, permissões e autorizações relativas à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA e ao IMÓVEL.
- 21.2.8. Custos com o atendimento das condicionantes das licenças e autorizações, nos termos da subcláusula 13.1.5.
- 21.2.9. Equívoco na estimativa de custo e cronograma das OBRAS e/ou equívoco na adoção de medidas ou soluções técnicas.
- 21.2.10. Investimentos e custos decorrentes da tecnologia empregada nas OBRAS e SERVIÇOS.
- 21.2.11. Atraso no cumprimento dos cronogramas previstos ou de outros prazos estabelecidos entre as PARTES referentes à não aprovação dos PROJETOS EXECUTIVOS, por sua culpa exclusiva, e exceto nos casos previstos na subcláusula 21.3.

- 21.2.12. Roubo/furtos/destruição de materiais da CONTRATADA que fiquem depositados nas instalações e equipamentos próprios ou de terceiros contratados.
- 21.2.13. Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes das OBRAS executadas e dos SERVIÇOS prestados.
- 21.2.14. Perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos bens da CONCESSÃO, responsabilidade que não é reduzida ou excluída em virtude da segurança pública.
- 21.2.15. Prejuízos causados a terceiros, pela CONTRATADA ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pelo CONTRATO.
- 21.2.16. Investimentos e custos advindos de defeitos nas OBRAS por ela executada que tenham que ser reconstruídas, mesmo após terem sido aceitas pela CONTRATANTE.
- 21.2.17. Atraso no cumprimento dos cronogramas previstos ou de outros prazos estabelecidos entre as PARTES referentes à não aceitação da OBRA executada, por sua culpa exclusiva, e exceto nos casos previstos na subcláusula 21.3.
- 21.2.18. Possibilidade de a inflação de um determinado período ser superior ou inferior ao índice utilizado para reajuste ou de outros valores previstos no CONTRATO para o mesmo período.
- 21.2.19. Vícios ocultos dos bens por ela adquiridos, arrendados ou locados.
- 21.2.20. Atraso na liberação das áreas da CONCESSÃO decorrentes da não obtenção das licenças e autorizações, por sua culpa exclusiva, e exceto nos casos previstos na subcláusula 21.3.

- 21.2.21. Atraso no cumprimento dos cronogramas relativos ao IMÓVEL, por sua culpa exclusiva, e exceto nos casos previstos na subcláusula 21.3.
- 21.2.22. Custos advindos da realização de obras e serviços emergenciais, relacionados à erosões, escorregamento, desagregação superficial, queda de blocos, tanto na área da CONCESSÃO, como em áreas de apoio, por sua culpa exclusiva.
- 21.2.23. Custos decorrentes da remoção e/ou realocação de interferências existentes na via, necessárias à execução das OBRAS e SERVIÇOS previstos no CONTRATO.
- 21.2.24. A negligência, a inépcia ou a omissão na execução dos SERVIÇOS.
- 21.2.25. A gestão dos SERVIÇOS, incluindo o pagamento de custos administrativos e operacionais superiores aos praticados no mercado.
- 21.2.26. Variação das taxas de câmbio.
- 21.2.27. Modificações na legislação de imposto sobre a renda.
- 21.2.28. Riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil por, no mínimo, duas seguradoras, considerando o prazo de um ano antes da data da ocorrência, mas que deixem de sê-lo como resultado direto ou indireto de ação ou omissão da CONTRATADA.
- 21.3. São riscos da CONTRATANTE, cuja ocorrência poderá ensejar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO:
- 21.3.1. Modificação unilateral do CONTRATO imposta pela Administração Pública, ou fato do príncipe, ou fato da Administração, força maior ou caso fortuito desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se para a CONTRATADA uma alteração dos seus custos ou da sua receita, para mais ou para menos.

- 21.3.2. Alteração na ordem tributária posterior à data da apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA, exceto as alterações no Imposto de Renda.
- 21.3.3. Alteração legislativa de caráter específico que tenha impacto direto, para mais ou para menos, sobre as receitas ou custos da CONTRATADA, desde a apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA.
- 21.3.4. A desvalorização do IMÓVEL por consequência de ato do Poder Público que modifique quaisquer das regras e premissas utilizadas para o LOTEAMENTO da área, em especial mas não se limitando à DIUR 01/2019.
- 21.3.5. Qualquer impedimento ou demora no registro do LOTEAMENTO por culpa da CONTRATANTE.
- 21.3.6. Declaração pelo Poder Judiciário de inconstitucionalidade, alteração ou revogação pelo DISTRITO FEDERAL, ou qualquer hipótese de inaplicação ou invalidação de qualquer das normas de benefício tributário desta CONCESSÃO, e especialmente mas não se limitando ao:
- 21.3.6.1. Decreto nº 41.724, de 19 de janeiro de 2021.
- 21.3.6.2. Decreto nº 41.725, de 19 de janeiro de 2021.
- 21.3.6.3. Decreto nº 41.726, de 19 de janeiro de 2021..
- 21.3.7. Eventuais atrasos na análise e aprovação de PROJETOS EXECUTIVOS, expedição de pareceres, emissão de documentos e publicação de licenças e autorizações de obrigação da CONTRATANTE ou pela atuação de terceiros relacionados à administração pública, desde que os pedidos apresentados pela CONTRATADA estejam em estrita consonância com as diretrizes dos órgãos competentes.
- 21.3.8. Restrições ambientais supervenientes que inviabilizam ou alterem as condições vigentes na DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO.

- 21.3.9. Eventuais atrasos na execução da OBRA causados pela dificuldade de acesso a área de implantação da via decorrentes de ocupações irregulares.
- 21.3.10. Eventuais atrasos na execução da OBRA causados pelas ocupações irregulares que intervenham na execução do objeto do CONTRATO.
- 21.3.11. Atrasos na ACEITAÇÃO da OBRA, desde que não exista motivo técnico justificado.
- 21.3.12. Vícios ocultos existentes no trecho objeto da CONCESSÃO que gerem reflexo tanto na PROPOSTA ECONÔMICA, como nos CRONOGRAMA DE OBRAS, PROJEÇÕES FINANCEIRAS e PLANO DE SEGUROS previamente acordados.
- 21.3.13. Existência de obstáculos artificiais no trecho objeto da CONCESSÃO que não poderiam ter sido logicamente previstas pela CONTRATADA, atestados pela CONTRATANTE conforme previsto na subcláusula 27.9.3, que gerem reflexo tanto na PROPOSTA ECONÔMICA, como nos CRONOGRAMA DE OBRAS, PROJEÇÕES FINANCEIRAS e PLANO DE SEGUROS previamente acordados.
- 21.3.14. Ações ou omissões da CONTRATANTE, desde que elaborados pareceres que comprovem o ato e seu respectivo impacto no equilíbrio econômico-financeiro no CONTRATO.
- 21.3.15. Atraso na execução das OBRAS para além do prazo previsto no item 6.4, caso a CONTRATADA não tenha causado ou concorrido para tanto.
- 21.3.16. Ocorrência de fatos imprevisíveis ou ainda que previsíveis, mas de consequências incalculáveis, desde que haja configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 21.3.17. Constatação de irregularidades ambientais no local onde será implantado o EMPREENDIMENTO, existentes anteriormente à

assinatura deste CONTRATO, em especial, mas não exclusivamente, por contaminação do solo, que afetem a plena exploração da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

21.3.18. A desvalorização do IMÓVEL por consequência de ato do Poder Público que modifique quaisquer das regras e premissas utilizadas para o LOTEAMENTO da área.

21.4. Todas as alterações contratuais destinadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO somente ocorrerão mediante justificativa técnica circunstanciada das PARTES e termo aditivo ao CONTRATO, devidamente formalizado.

21.5. É vedado à CONTRATANTE pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão do adiamento de investimentos da CONTRATADA decorrentes única e diretamente de atrasos causados por ações ou omissões da CONTRATANTE.

21.6. O cálculo e a forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão levar em conta o impacto do evento que ensejou o desequilíbrio através da análise do fluxo de caixa marginal decorrente do evento em questão.

22. CLÁUSULA 22 - FORMAS DE RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1. O processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado a requerimento de qualquer das PARTES.

22.2. No caso de recomposição para efetivação da alocação de riscos prevista neste CONTRATO, a recomposição será implementada tomando-se por base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, nos itens respectivos das PROJEÇÕES FINANCEIRAS, de forma a preservar a rentabilidade nele prevista, de acordo com o procedimento detalhado no ANEXO 17.

- 22.3. No caso de recomposição para alteração contratual, a recomposição será implementada de acordo com parâmetros financeiros a serem definidos em negociação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, de acordo com o procedimento detalhado no ANEXO 17.
- 22.4. Os processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista no CONTRATO e na legislação aplicável.
- 22.5. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser implementada por meio dos seguintes mecanismos:
- 22.5.1. Alteração do valor da TORNA para mais ou para menos.
 - 22.5.2. Alteração do valor da CONTRAPRESTAÇÃO para mais ou para menos.
 - 22.5.3. Alteração do valor da PENALIDADE para mais ou para menos.
 - 22.5.4. Revisão da aplicação do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.
 - 22.5.5. Alteração do CRONOGRAMA DAS OBRAS e dos SERVIÇOS.
 - 22.5.6. Alteração do prazo contratual global, observado o disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 11.079/2004, e no art. 5º, inciso I, da Lei Distrital nº 3.792/2006.
 - 22.5.7. Indenização entre as PARTES.
 - 22.5.8. Combinação dos mecanismos anteriores.
 - 22.5.9. Outros meios legalmente adotados pelas PARTES.
- 22.6. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será unicamente relativa ao fato que lhe deu causa e deverá ser previamente aprovada pelas PARTES.

22.7. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não poderá ser feita por alteração de qualquer das normas deste CONTRATO relativas ao IMÓVEL.

22.8. Toda vez que ocorrer a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, em virtude de novos investimentos, este se dará através da análise do fluxo de caixa marginal.

22.9. Todas as alterações contratuais, em especial aquelas destinadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, somente ocorrerão mediante justificativa técnica das PARTES e termo aditivo ao CONTRATO, devidamente formalizado.

CAPÍTULO VIII

RECURSOS FINANCEIROS

23. CLÁUSULA 23 - OBTENÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

23.1. A CONTRATADA é responsável pela obtenção e disponibilização dos recursos necessários à execução do objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sejam recursos próprios ou de terceiros.

23.2. A CONTRATADA poderá oferecer os direitos emergentes desta CONCESSÃO ADMINISTRATIVA em garantia de eventuais contratos de financiamento para o cumprimento do objeto deste CONTRATO, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

23.3. A CONTRATADA poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares que representam obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros.

23.4. A SPE IMOBILIÁRIA não poderá oferecer o IMÓVEL em garantia de eventuais contratos de financiamento para o cumprimento do objeto deste CONTRATO.

23.5. Todos os custos decorrentes da estruturação do processo de obtenção dos recursos financeiros serão de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA.

23.6. A SPE IMOBILIÁRIA somente poderá alienar a GLEBA ou os LOTES livres e desimpedidos, vedada a alienação da GLEBA ou de LOTES gravados de HIPOTECA, sobe pena de caducidade deste CONTRATO.

CAPÍTULO IX

FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

24. CLÁUSULA 24 - FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

24.1. A fiscalização da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, abrangendo todas as atividades da CONTRATADA, durante todo o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, será executada pela CONTRATANTE, através da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO.

24.2. A COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO poderá efetuar a fiscalização por meio de técnicos pertencentes aos quadros de funcionários da CONTRATANTE ou ainda através de prepostos designados para este fim, às expensas da CONTRATANTE.

24.3. A COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO e seus prepostos terão livre acesso às áreas das OBRAS e SERVIÇOS, instalações e equipamentos afetos à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, podendo requisitar da CONTRATADA as informações e dados, desde que sejam públicos, necessários para aferir a correta execução deste CONTRATO.

24.4. A COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO poderá, mediante justificativa expressa:

24.4.1. Permitir ou autorizar modificações do PROJETO quando necessário.

- 24.4.2. Determinar reparos, melhoramentos, substituições e modificações de caráter urgente nas OBRAS e SERVIÇOS.
- 24.4.3. Verificar a operação e a manutenção apropriadas das instalações, bem como a segurança na execução do CONTRATO.
- 24.5. A fiscalização dos SERVIÇOS pela COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas do CONTRATO, inclusive quanto à adequação das OBRAS e SERVIÇOS, das suas instalações e a correção e legalidade de seus registros contábeis e de suas operações.
- 24.6. Durante todo o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, a CONTRATADA obriga-se a:
- 24.6.1. Dar conhecimento imediato de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações contratuais e que possa constituir causa de intervenção na CONTRATADA, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou hipótese de extinção do CONTRATO.
- 24.6.2. Apresentar, até 30 de novembro de cada ano, relatório da situação contábil, auditado por empresa de auditoria independente, o qual deve incluir, dentre outras informações, o balanço e a demonstração de resultado correspondente ao semestre encerrado em 30 de junho, sem prejuízo de auditoria realizada diretamente pela CONTRATANTE.
- 24.6.3. Apresentar, até 31 de maio de cada ano, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo, dentre outros, o Relatório da Administração, o Balanço anual, a Demonstração de Resultados, os Quadros de Origem e Aplicação de Fundos, as Notas do Balanço, o Parecer dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal, se permanente ou se instalado no respectivo exercício social.

24.6.4. As Demonstrações Financeiras deverão estar devidamente auditadas por empresa de auditoria, com situação de regularidade junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sua região.

24.6.5. Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal desenvolvimento dos SERVIÇOS ou da exploração, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONTRATADA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos.

24.7. As vias originais dos relatórios previstos nos itens anteriores, após analisadas e aprovadas pela CONTRATANTE, serão arquivadas na sede da CONTRATADA.

24.8. No exercício da fiscalização, a CONTRATANTE terão acesso às instalações físicas do objeto do CONTRATO e aos dados públicos relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONTRATADA.

24.9. O desatendimento, pela CONTRATADA, das solicitações, recomendações e determinações da CONTRATANTE implicará em aplicação das penalidades autorizadas pelas normas pertinentes ou definidas neste CONTRATO.

25. CLÁUSULA 25 - OBTENÇÃO DE LICENÇAS

25.1. É de responsabilidade da CONTRATADA, com o apoio da CONTRATANTE, a obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos SERVIÇOS e OBRAS que integram o objeto do CONTRATO, exigidas pelos órgãos competentes.

25.2. A CONTRATADA deverá informar de imediato à CONTRATANTE caso qualquer das licenças a que se refere este item lhe sejam retiradas, caducarem, sejam revogadas ou por qualquer motivo deixarem de operar os seus efeitos, indicando desde logo quais medidas tomou e/ou irá tomar para obtê-las.

26. CLÁUSULA 26 - CANTEIROS E SERVIÇOS

26.1. Caberá à CONTRATADA escolher os locais para construção dos canteiros, que deverão ser comunicados à COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, para sua ciência.

27. CLÁUSULA 27 - CRONOGRAMA E EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

27.1. A realização das OBRAS e SERVIÇOS previstos neste CONTRATO obedecerá ao disposto nos ANEXOS 03 a 06 deste CONTRATO.

27.2. Os prazos previstos no CRONOGRAMA DAS OBRAS e SERVIÇOS observarão o disposto na cláusula 6.

27.3. Os prazos para a realização das OBRAS e para implantação dos SERVIÇOS conforme CRONOGRAMA DAS OBRAS poderão ser prorrogados, desde que a prorrogação seja objeto de solicitação, devidamente circunstanciada pela CONTRATADA.

27.3.1. A solicitação de prorrogação deverá ser acompanhada da indicação dos dias em que houver impossibilidade de execução das OBRAS ou dos SERVIÇOS, da comprovação dos motivos que o fundamentem e de novo CRONOGRAMA.

27.3.2. Caso aceita, a prorrogação será formalizada por meio de termo aditivo ao CONTRATO, respeitadas as condições prescritas na legislação vigente.

27.4. Os atrasos na execução das OBRAS ou SERVIÇOS pela ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, ou em razão de existência de passivo ambiental, contaminação do solo ou resíduos despejados no IMÓVEL anteriormente à celebração deste CONTRATO ou, ainda, por impedimento de execução do CONTRATO de responsabilidade comprovada da CONTRATANTE, acarretarão prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO, por igual período de paralisação, observando-se o disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 11.079/2004, e no art. 5º, inciso I, da Lei Distrital nº 3.792/2006, e sem prejuízo, se for o caso,

da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, observada a matriz de riscos.

27.4.1. A prorrogação do prazo da CONCESSÃO acima referida deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao CONTRATO.

27.5. Os atrasos na execução das OBRAS ou SERVIÇOS que sejam comprovadamente de responsabilidade da CONTRATADA ou de suas SUBCONTRATADAS, não acarretarão prorrogação automática do prazo contratual, mantendo-se inalterado o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sem prejuízo das sanções ou multas que forem pertinentes.

27.6. A aprovação do CRONOGRAMA pela COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO não desvinculará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações previstas no CONTRATO.

27.7. Salvo a antecipação de prazos, não poderá ser introduzida no CRONOGRAMA DAS OBRAS qualquer alteração sem a aprovação prévia da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO.

27.8. A CONTRATADA submeterá à aprovação da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, as peças, projetos, desenhos, especificações, documentos, amostras e modelos que sejam justificadamente por ele exigidos para execução das OBRAS ou SERVIÇOS:

27.8.1. A COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO deverá se manifestar no prazo de 20 (vinte) dias.

27.8.2. Qualquer item que não obtenha a aprovação será alterado, de modo a satisfazer as exigências da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, baseadas no Código de Obras do Distrito Federal e nas normas da ABNT, e será novamente submetido à COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, nos termos deste item.

27.8.3. Em caso de alteração do projeto apresentado, pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá reavaliar sua PROPOSTA ECONÔMICA e suas PROJEÇÕES FINANCEIRAS e corrigi-las se entender que as alterações afetam economicamente, sem prejuízo, se for o caso, da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO~.

27.8.4. Antes da aceitação das OBRAS, a CONTRATADA fornecerá cópia dos manuais de instruções, acompanhados de desenhos suficientemente pormenorizados para permitirem à CONTRATADA e à CONTRATANTE, a qualquer momento, explorar, gerenciar, ajustar e reparar todas as partes do sistema.

27.9. A CONTRATADA deverá notificar a COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO sempre que, durante a execução das OBRAS, deparar-se com obstáculos artificiais ou condições físicas que não possam ter sido logicamente previstas por ela, caso considere que disso resultará custo adicional para o CONTRATO ou que, por esse fato, poderá ser examinada uma prorrogação de seu prazo de execução.

27.9.1. Na referida notificação, a CONTRATADA especificará as condições físicas ou os obstáculos artificiais que encontrou, fornecendo pormenores dos efeitos previstos, das medidas que tomará ou pretende tomar e a extensão do atraso previsto ou interferência com a execução das OBRAS e SERVIÇOS.

27.9.2. Após o recebimento da notificação, a COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO poderá:

27.9.2.1. Exigir que a CONTRATADA forneça um cálculo do custo das medidas que tomou ou pretende tomar.

27.9.2.2. Aprovar essas medidas, com ou sem alterações.

27.9.2.3. Dar instruções por escrito sobre a forma de fazer face às referidas condições físicas ou obstáculos artificiais.

- 27.9.2.4. Ordenar a suspensão ou alteração dos trabalhos, expondo as razões e motivos de tal decisão e indicando as alternativas para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, se for o caso.
- 27.9.3. Caso a COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO conclua que as condições físicas ou obstáculos artificiais não poderiam ter sido logicamente previstos pela CONTRATADA, a COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, sem prejuízo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO que se faça devido, levará em consideração os atrasos sofridos pela CONTRATADA, como resultado das referidas condições ou atrasos sofridos e apresentará à CONTRATANTE proposta para prorrogação do prazo de execução das OBRAS e SERVIÇOS.
- 27.9.4. A CONTRATADA terá o direito de proibir o acesso ao local das OBRAS e SERVIÇOS de qualquer pessoa alheia a sua execução, com exceção da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO e das pessoas por ele autorizadas.
- 27.9.5. A CONTRATADA garantirá a segurança do local das OBRAS e SERVIÇOS durante todo o período de sua execução, cabendo-lhe tomar, no interesse dos seus empregados, dos prepostos da CONTRATANTE e de terceiros autorizados, as medidas necessárias para prevenir qualquer prejuízo ou acidente que possa resultar da execução das OBRAS e SERVIÇOS.
- 27.9.6. Se durante a execução das OBRAS e SERVIÇOS forem necessárias medidas urgentes para evitar quaisquer riscos de acidentes ou danos ou para garantir a segurança de pessoas ou de bens, a CONTRATADA adotará as medidas necessárias por iniciativa própria ou por notificação da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO.

- 27.9.6.1. Caso a CONTRATADA não tome as medidas necessárias, após notificada, a CONTRATANTE executará as medidas, às expensas da CONTRATADA.
- 27.9.7. Quando a presença de cabos, canalizações e outras instalações não tenham sido previstas, mas seja visível por marcas e referências, a CONTRATADA deverá proceder com o cuidado necessário, cabendo-lhe iguais obrigações às anteriormente indicadas no que se refere à preservação, remoção e recolocação dos referidos cabos, canalizações e outros elementos.
- 27.9.8. Quando qualquer trabalho no local das OBRAS e SERVIÇOS for suscetível de prejudicar ou causar perturbações em serviços de utilidade pública, a CONTRATADA informará imediatamente à COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, por escrito em até 2 (dois) dias úteis, para que possam ser tomadas as medidas adequadas para permitir o curso normal das OBRAS e SERVIÇOS.
- 27.9.9. É da responsabilidade da CONTRATADA:
- 27.9.9.1. A correta locação das OBRAS em relação a balizas, linhas e níveis de referência.
- 27.9.9.2. A exatidão do posicionamento das cotas, das dimensões e do alinhamento de todas as partes das OBRAS.
- 27.9.9.3. O fornecimento de todos os instrumentos, aparelhos e mão de obra necessários, tendo em conta as responsabilidades anteriormente referidas.
- 27.9.10. A CONTRATADA não será responsabilizada por atrasos e descumprimentos de suas obrigações diretamente decorrentes da demora ou rejeição de pedidos de licenciamento ambiental ou de PROJETOS URBANÍSTICOS ou arquitetônicos que estejam em estrita

consonância com as diretrizes gerais previamente definidas pela CONTRATANTE e aprovadas pelos órgãos competentes.

27.9.11. A CONTRATADA deverá informar de imediato à CONTRATANTE, caso quaisquer das licenças a que se refere este item lhe sejam retiradas, caduquem, sejam revogadas ou por qualquer motivo deixem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, quais medidas tomou ou irá tomar para sanar a irregularidade.

27.9.12. O fornecimento de materiais ou equipamentos será feito de acordo com o PROJETO EXECUTIVO da CONTRATADA e as demais disposições deste CONTRATO.

27.9.13. Poderão ser fornecidos materiais e equipamento de características técnicas iguais ou superiores àquelas exigidas, atestados de acordo com as normas brasileiras da ABNT ou outras reconhecidas internacionalmente, observadas as condições contratuais estabelecidas.

27.9.13.1. As exceções deverão ser tratadas e acordadas entre as PARTES, conforme padrões de qualidade requeridos e especificados.

27.9.14. A COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO terá o direito de inspecionar, examinar, medir e ensaiar, por si ou por terceiros devidamente credenciados, às suas expensas, os componentes, os materiais e a mão de obra e de controlar o avanço da preparação ou fabricação de tudo que estiver de ser preparado ou fabricado para entrega, ao abrigo deste CONTRATO, de modo a verificar se correspondem à qualidade e quantidade exigidas.

27.9.14.1. Esse direito será exercido no local de fabricação ou preparação ou no local das OBRAS e SERVIÇOS ou em quaisquer outros locais.

27.9.15. Para efeitos dos referidos ensaios e inspeções, a CONTRATADA:

- 27.9.15.1. Colocará à disposição da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, as amostras para ensaio, as peças, as máquinas, o equipamento, as ferramentas, os materiais e mão de obra sob avaliação em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT.
- 27.9.15.2. Deverá estabelecer de comum acordo com a COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO a data e o local dos ensaios.
- 27.9.15.3. Permitirá o acesso da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO e daqueles por ele autorizados ao local onde forem efetuados os ensaios.
- 27.9.16. Os componentes e os materiais, que não apresentem qualidade igual ou superior à especificada, serão rejeitados pela COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO.
- 27.9.17. Durante a execução dos trabalhos, a COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO terá poder para ordenar ou decidir:
- 27.9.17.1. Pela remoção do local das OBRAS e SERVIÇOS de quaisquer componentes ou materiais que estejam em desacordo com as disposições estabelecidas neste CONTRATO.
- 27.9.17.2. Pela substituição de componentes ou materiais por outros adequados e em condições.
- 27.9.17.3. Sobre a demolição e a correta reexecução ou a reparação satisfatória, independentemente de quaisquer ensaios prévios ou pagamentos por conta de qualquer obra que não esteja de acordo com este CONTRATO, referente a componentes, materiais, mão de obra ou concepção pelos quais a CONTRATADA seja responsável.
- 27.9.18. A COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO informará à CONTRATADA por escrito da sua decisão, que deverá ser detalhadamente fundamentada.

28. CLÁUSULA 28 - TERMO DE RECEBIMENTO DAS OBRAS

28.1. As OBRAS somente serão aceitas pelo DISTRITO FEDERAL após o atendimento às condições estabelecidas neste CONTRATO.

28.1.1. A CONTRATADA, de acordo com o CRONOGRAMA, solicitará a análise e aceitação de cada FASE das OBRAS.

28.1.2. Concluída uma FASE das OBRAS, conforme CRONOGRAMA DAS OBRAS, a CONTRATADA notificará a COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO e o VERIFICADOR INDEPENDENTE para vistoriá-las.

28.1.3. O VERIFICADOR INDEPENDENTE atestará, justificadamente, no prazo de 10 (dez) dias:

28.1.3.1. A aceitação da FASE das OBRAS.

28.1.3.2. A aceitação parcial da FASE das OBRAS.

28.1.3.3. A rejeição do pedido.

28.1.4. À luz do atestado do VERIFICADOR INDEPENDENTE, caberá à COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, no prazo de 5 (cinco) dias:

28.1.4.1. A aceitação da FASE das OBRAS;

28.1.4.2. A aceitação parcial da FASE das OBRAS, apontando as não conformidades formais ou leves verificadas, de acordo com as disposições do CONTRATO, e conferindo prazo para a sua correção.

28.1.4.3. A rejeição do pedido, justificando a sua decisão e apontando as não conformidades graves existentes, de acordo com as disposições do CONTRATO.

28.1.5. Aceita a FASE das OBRAS, a COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO emitirá o TERMO DE QUITAÇÃO PARCELADO ou FINAL, conforme o caso.

28.1.6. A inércia do VERIFICADOR INDEPENDENTE ou da COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO será considerada como aceitação, para todos os fins, desde que comunicado ao DISTRITO FEDERAL nos 15 (quinze) dias anteriores à sua exaustão.

28.1.7. No caso de inércia, aplica-se ao VERIFICADOR INDEPENDENTE as sanções previstas no seu respectivo contrato, e ao DISTRITO FEDERAL as sanções previstas no ANEXO 16.

28.1.8. A CONTRATADA será responsável pela reparação de qualquer defeito ou dano em qualquer parte das OBRAS, equipamentos e instalações que possa surgir ou ocorrer durante a execução das OBRAS, devendo por sua conta e dentro do prazo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis mediante justificativa técnica aceita pelo DISTRITO FEDERAL, proceder à reparação do referido defeito ou dano.

28.1.8.1. A CONTRATADA não será responsável por qualquer defeito ou dano causado por terceiros.

CAPÍTULO X

REGIME DE BENS DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

29. CLÁUSULA 29 - BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

29.1. Integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA todos os bens adquiridos pela CONTRATADA, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que sejam utilizados para a conservação e manutenção do EMPREENDIMENTO.

29.2. A CONTRATADA obriga-se a manter, em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens que integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, durante a vigência do CONTRATO, efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do OBJETO, nos termos previstos neste CONTRATO.

29.2.1. A CONTRATADA certificará que os bens que integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA estarão em condição adequada para uso nos 5 (cinco) anos subsequentes ao término da CONCESSÃO, considerando a manutenção e conservação a ser implantada pelo DISTRITO FEDERAL.

29.2.1.1. O prazo previsto neste item será reduzido considerada a vida útil do bem atestada pelo fabricante, caso seja inferior a 05 (cinco) anos.

29.3. A CONTRATADA somente poderá alienar os bens que integram a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA se proceder à sua imediata substituição por outros em condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos.

29.4. Qualquer alienação ou aquisição de bens que a CONTRATADA pretenda realizar, nos últimos 5 (cinco) anos do prazo final da CONCESSÃO, deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo DISTRITO FEDERAL.

30. CLÁUSULA 30 - REVERSÃO DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

30.1. Reverter-se-ão ao DISTRITO FEDERAL, ao final da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, todos os bens adquiridos pela CONTRATADA, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que sejam utilizados para a conservação e manutenção do EMPREENDIMENTO.

30.2. Extinta a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, retornam ao DISTRITO FEDERAL os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados à conservação e manutenção do EMPREENDIMENTO, transferidos à CONTRATADA, ou por ela implantados, no âmbito da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

30.3. A reversão será gratuita e automática, com os bens em condições normais de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

30.4. Não constituem BENS REVERSÍVEIS as áreas particulares do IMÓVEL, bem como todas as OBRAS que integram a presente CONCESSÃO ADMINISTRATIVA e a

INFRAESTRUTURA URBANA, porque estas já integram o patrimônio do DISTRITO FEDERAL.

- 30.5. Em qualquer caso de extinção antecipada do CONTRATO, o DISTRITO FEDERAL procederá a uma vistoria dos bens, com a participação da CONTRATADA, destinada a verificar seu estado de conservação e manutenção, considerando-se os desgastes normais decorrentes do uso e as respectivas vidas úteis, lavrando-se, no prazo de 15 (quinze) dias, o termo definitivo de entrega.
- 30.6. Na hipótese de os bens revertidos não se encontrarem nas condições adequadas de acordo com o estabelecido neste CONTRATO, a CONTRATADA indenizará o DISTRITO FEDERAL, devendo o valor da indenização ser calculado de forma a assegurar seu pleno funcionamento, observada a necessária continuidade de execução dos SERVIÇOS.
- 30.7. A CONTRATADA terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos investimentos em bens reversíveis cuja aquisição, devidamente autorizada pelo DISTRITO FEDERAL, tenha ocorrido nos últimos 5 (cinco) anos do prazo da CONCESSÃO, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos SERVIÇOS abrangidos pela CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.
- 30.8. Quando da extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, não poderá ser feito qualquer pagamento aos acionistas da CONTRATADA, nem a sua dissolução ou a partilha de seu patrimônio, antes que o DISTRITO FEDERAL, por meio do termo definitivo de entrega do EMPREENDIMENTO, ateste que os bens revertidos encontram-se em condições adequadas, ou sem que esteja cabalmente assegurado o pagamento das importâncias devidas o DISTRITO FEDERAL, a título de indenização ou a qualquer outro título, se houver.

CAPÍTULO XI

GARANTIA E SEGUROS

31. CLÁUSULA 31 - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATADA

31.1. Para o fiel cumprimento das obrigações de construção das OBRAS e execução dos SERVIÇOS, a CONTRATADA deverá prestar GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no valor de R\$ _____, equivalente a 1% (um por cento) do VALOR DO CONTRATO, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666/93, sendo:

31.1.1. 5% (cinco por cento) do valor previsto no item 31.1 dentro do prazo de 30 (trinta) dias contado da data de assinatura do CONTRATO; e

31.1.2. 95% (noventa e cinco por cento) do valor previsto no item 31.1 dentro do prazo de 30 (trinta) dias contado da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO.

31.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO relaciona-se à conclusão das OBRAS (80%) e à execução dos SERVIÇOS (20%).

31.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades:

31.3.1. Caução em dinheiro.

31.3.2. Títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

31.3.3. Fiança bancária, fornecida por instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil.

31.3.4. Seguro-garantia fornecido por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, devidamente cadastrada na SUSEP.

31.4. A garantia deverá ser oferecida ao DISTRITO FEDERAL no prazo previsto nesta cláusula, que emitirá o comprovante de prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

31.5. É facultado à CONTRATADA substituir a garantia, em qualquer tempo, por moeda corrente nacional ou por qualquer das modalidades acima referidas.

31.6. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter vigência de 12 (doze) meses, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, nos termos das normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

31.6.1. Se a seguradora não renovar a apólice vigente, a CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação do DISTRITO FEDERAL, outra garantia de valor e condições equivalentes antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação.

31.6.2. O descumprimento da condição estabelecida no item anterior caracterizará a inadimplência da CONTRATADA.

31.6.3. A apólice de seguro-garantia deve ser ressegurada.

31.6.4. A apólice de seguro-garantia deve, ainda:

31.6.4.1. Ter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao DISTRITO FEDERAL e à CONTRATADA seu interesse, ou não, na renovação, em até 60 (sessenta) dias antes do prazo final da validade.

31.6.4.2. Prever que a inexistência da comunicação prevista no item anterior implicará a renovação automática da apólice por igual período e nas mesmas condições da apólice original.

31.7. Sempre que o VALOR DO CONTRATO for repactuado, a CONTRATADA deverá ajustar a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no prazo de 30 (trinta) dias

a contar da data a repactuação, de modo a manter inalterado o valor fixado nesta cláusula.

31.8. Sempre que a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO for reduzida por qualquer motivo, inclusive por execução do DISTRITO FEDERAL, a CONTRATADA reporá a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do fato da redução, de modo a manter inalterado o valor fixado nesta cláusula.

31.9. A não prestação ou a não reposição, no prazo fixado, da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, dará ao DISTRITO FEDERAL o direito de aplicar multa diária de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o VALOR DO CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa *pro rata die*, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas neste contrato, inclusive a decretação de caducidade.

31.10. As garantias oferecidas não poderão conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.

31.11. Todas as despesas decorrentes da prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO correrão por conta da CONTRATADA.

31.12. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será liberada com obediência às seguintes regras:

31.12.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO relacionada à conclusão das OBRAS (80%) será liberada após o recebimento do TERMO DE QUITAÇÃO FINAL das OBRAS.

31.12.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO relacionada à execução dos SERVIÇOS (20%) permanecerá válida até a extinção do CONTRATO, devendo ser reduzida e liberada ao longo da execução do CONTRATO, anual e proporcionalmente ao saldo de anos de eficácia do CONTRATO.

31.13. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser integralmente em qualquer caso de extinção do CONTRATO, decotadas eventuais penalidades e indenizações, podendo ainda ser retida em caso de existência de demandas judiciais que possam implicar responsabilização subsidiária de qualquer da CONTRATANTE.

31.14. Ainda para garantir o fiel cumprimento das obrigações de execução das OBRAS, as ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA permanecerão em PENHOR em favor do DISTRITO FEDERAL, bem como os LOTES permanecerão hipotecados em favor do DISTRITO FEDERAL, até o efetivo cumprimento do CONTRATO, cujos cancelamentos obedecerão ao disposto na Cláusula 15.

31.14.1. A CONTRATADA poderá substituir o PENHOR pelas garantias previstas no item 31.3, no mesmo valor, cuja liberação obedecerá ao disposto na Cláusula 15.

31.15. Para fazer face a eventuais execuções de credores e penhora de bens e/ou direitos, a CONTRATADA deverá apresentar FIANÇA BANCÁRIA PARA EXECUÇÕES, no valor de R\$ _____, equivalente a 1% (um por cento) do VALOR DO CONTRATO.

31.15.1. Na hipótese de execução de credores e penhora de bens e/ou direitos, a CONTRATADA sempre ofereça a FIANÇA BANCÁRIA PARA EXECUÇÕES, que é prioritária porque equiparada a dinheiro, nos termos do art. 835, I c/c §§ 1º e 2º do Código de Processo civil.

31.16. A garantia deverá ser oferecida ao DISTRITO FEDERAL dentro do prazo de 30 (trinta) dias contado da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, que emitirá o respectivo comprovante.

31.17. Sempre que o VALOR DO CONTRATO for repactuado, a CONTRATADA deverá ajustar a FIANÇA BANCÁRIA PARA EXECUÇÕES, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data a repactuação.

31.18. Sempre que a FIANÇA BANCÁRIA PARA EXECUÇÕES for reduzida por qualquer motivo, a CONTRATADA reporá a FIANÇA BANCÁRIA PARA EXECUÇÕES, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do fato da redução, de modo a manter inalterado o valor fixado nesta cláusula.

31.19. A não prestação ou a não reposição, no prazo fixado, da FIANÇA BANCÁRIA PARA EXECUÇÕES, dará ao DISTRITO FEDERAL o direito de aplicar multa diária de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o VALOR DO CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa pro rata die, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro.

31.20. A FIANÇA BANCÁRIA PARA EXECUÇÕES não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.

31.21. Todas as despesas decorrentes da prestação da FIANÇA BANCÁRIA PARA EXECUÇÕES correrão por conta da CONTRATADA.

31.22. A FIANÇA BANCÁRIA PARA EXECUÇÕES será liberada integralmente em qualquer caso de extinção do CONTRATO.

32. CLÁUSULA 32 - GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO PELA CONTRATANTE

32.1. A CONTRATANTE oferece como garantia de adimplemento desta parceria público-privada o IMÓVEL descritos e caracterizados nos ANEXOS 12 e 13, na forma estabelecida neste CONTRATO.

33. CLÁUSULA 33 - SEGUROS

33.1. A CONTRATADA, além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, contratará e manterá em vigor, diretamente, as coberturas de seguro estabelecidas conforme o PLANO DE SEGUROS - ANEXO 14, exigíveis dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO.

33.2. A CONTRATADA submeterá anualmente, 60 (sessenta) dias antes do vencimento das apólices dos seguros, PLANO DE SEGUROS para período seguinte que será

apreciado pela CONTRATANTE em 15 (quinze) dias. Caso a CONTRATANTE não aprove o PLANO DE SEGUROS proposto nesse prazo, a CONTRATADA poderá considerá-lo aprovado e proceder à contratação das apólices.

33.3. Caso a CONTRATANTE exija a realização de seguros com prêmios mais altos que os estimados na PROPOSTA ECONÔMICA e nas PROJEÇÕES FINANCEIRAS, a CONTRATADA terá direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nos termos da cláusula 21.

33.4. A CONTRATADA obriga-se a submeter à apreciação da CONTRATANTE novas apólices dos seguros antes do vencimento das apólices anteriores.

CAPÍTULO XII

RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

34. CLÁUSULA 34 - RESPONSABILIDADE GERAL

34.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar à coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência de execução das OBRAS ou SERVIÇOS objeto deste CONTRATO, correndo às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

34.2. A CONTRATADA responderá, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de SERVIÇOS ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, sem prejuízo de eventuais direitos que possa exercer perante terceiros.

34.3. A CONTRATADA responderá também pela reparação ou indenização de todos e quaisquer danos causados em redes de água, esgotos, eletricidade, gás, telecomunicações e respectivos equipamentos e em quaisquer outros bens de

terceiros, em resultado da execução das OBRAS de sua responsabilidade nos termos do CONTRATO, sem prejuízo de eventuais direitos que possa exercer perante terceiros.

35. CLÁUSULA 35 - SINISTROS

35.1. A CONTRATADA deverá comunicar a ocorrência de danos a terceiros à CONTRATANTE e, concomitantemente, à seguradora.

35.2. A CONTRATANTE se reservam no direito de acompanhar as inspeções do bem sinistrado, os processos de regulação e peritagem e demais mecanismos de apuração, visando à liquidação total do sinistro.

35.3. Realizada a inspeção do sinistro, a CONTRATADA elaborará relatório com subsídios técnicos a respeito, apresentando-o à CONTRATANTE.

35.4. A CONTRATADA deverá solucionar toda e qualquer pendência no prazo de 90 (noventa) dias do evento, salvo quando a pendência demandar prazo maior para a solução, hipótese em que o prazo será acordado entre as PARTES.

35.4.1. Transcorrido esse prazo sem que tenha sido dado encaminhamento à solução, a CONTRATANTE poderão, a seu critério, após comunicação à CONTRATADA, assumir o processo de liquidação, fixando valores, indenizando ou promovendo reparos e acordos, considerando como tácita e concordância da CONTRATADA.

35.4.2. Os valores despendidos pela CONTRATANTE poderão ser executados da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

35.5. Todas as despesas com sinistro correrão por conta da CONTRATADA.

35.6. Nos casos em que qualquer da CONTRATANTE figure como beneficiária de seguro que envolva a reposição de bens diretamente relacionados com o objeto do CONTRATO, aquela deverá, quando do recebimento da indenização, utilizar esses recursos para o fim específico de substituir ou reparar o bem sinistrado.

36. CLÁUSULA 36 - CONTRATOS COM SUBCONTRATADAS

36.1. Sem prejuízo de suas responsabilidades, a CONTRATADA poderá contratar subcontratadas para a execução parcial do objeto deste CONTRATO, nos termos da lei.

36.2. É admitida a substituição de subcontratada ao longo da execução do CONTRATO por exclusiva e livre iniciativa da CONTRATADA.

36.3. Os contratos celebrados entre a CONTRATADA e subcontratadas reger-se-ão pelas normas de direito privado, não estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza com a CONTRATANTE.

36.4. A contratação de subcontratadas não eximirá a CONTRATADA de suas obrigações, permanecendo esta como única e exclusiva responsável pela execução do objeto do CONTRATO perante a CONTRATANTE.

36.5. A execução das atividades com subcontratadas pressupõe o cumprimento das normas regulamentares e contratuais, relativas ao objeto deste CONTRATO.

36.6. Doze meses antes da data de encerramento da vigência deste CONTRATO, o DISTRITO FEDERAL estabelecerá, em conjunto com a CONTRATADA, programa de transição operacional.

36.6.1. Iniciado o programa de transição operacional, a CONTRATADA deverá apresentar o rol de contratos celebrados com subcontratadas, relacionados ao objeto do CONTRATO, vigentes na data de início da transição operacional.

36.6.2. Os contratos celebrados entre a CONTRATADA e as suas subcontratadas, que envolvam o desempenho de atividades essenciais à continuidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, deverão conter cláusula de sub-rogação facultativa ao DISTRITO FEDERAL, ou seu indicado, em qualquer caso de extinção do CONTRATO.

36.6.2.1. O DISTRITO FEDERAL não terá nenhum ônus caso decida pela não continuidade, não sub-rogação ou extinção do contrato com a subcontratada.

CAPÍTULO XIII

EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

37. CLÁUSULA 37 - CASOS DE EXTINÇÃO

37.1. Nos termos da lei, a CONTRATANTE poderá intervir na CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, em caso de riscos ao usuário, ao meio ambiente ou à continuidade dos SERVIÇOS, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

37.2. A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA extinguir-se-á por:

37.2.1. Advento do termo contratual.

37.2.2. Encampação.

37.2.3. Caducidade.

37.2.4. Rescisão.

37.2.5. Anulação.

37.2.6. Falência ou extinção da CONTRATADA.

37.3. Extinta a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, retornam ao DISTRITO FEDERAL, sem quaisquer ônus, todos os BENS REVERSÍVEIS, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais e trabalhistas, direitos e privilégios transferidos à CONTRATADA.

37.4. Na hipótese de extinção do CONTRATO pelo cumprimento integral do seu objeto, a SPE CONCESSIONÁRIA transferirá as ações de sua propriedade na SPE IMOBILIÁRIA para os acionistas da SPE CONCESSIONÁRIA, ou para quem estes indicarem, ficando esta transferência já autorizada expressa e incondicionalmente pelo DISTRITO FEDERAL neste momento mediante esta cláusula.

37.5. Na hipótese de extinção do CONTRATO antes do término das OBRAS ou da execução integral dos SERVIÇOS, os acionistas da CONTRATADA deverão manifestar por escrito à CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias após a data da sua ciência da extinção do CONTRATO ou da sua publicação na imprensa oficial, o interesse em permanecer com os LOTES que ainda estejam gravados de HIPOTECA.

37.5.1. Caso positivo, a CONTRATADA deverá pagar à CONTRATANTE o valor correspondente às OBRAS ainda não executadas, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) a partir da data do orçamento até a data do efetivo pagamento, no prazo de até 90 (noventa) dias após a sua manifestação de que trata o item 37.5, conforme percentuais do CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS OBRAS e ORÇAMENTO DAS OBRAS E CAPEX.

37.5.1.1. Efetuado o pagamento, a CONTRATANTE dará baixa nos registros das HIPOTECAS de todos os LOTES da SPE IMOBILIÁRIA no prazo de até 30 (trinta) dias, às expensas da CONTRATADA, bem como no mesmo prazo será cancelada a averbação do PENHOR de todas as ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA.

37.5.1.1.1. O descumprimento do prazo previsto no item anterior sujeitará a CONTRATANTE ao pagamento de multa diária no valor correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do VALOR DO CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da

multa *pro rata die*, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro

37.5.1.2. Baixados os registros das HIPOTECAS e cancelada a averbação do PENHOR das ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA, a SPE CONCESSIONÁRIA transferirá as ações de sua propriedade na SPE IMOBILIÁRIA para os acionistas da SPE CONCESSIONÁRIA, ou para quem estes indicarem, ficando esta transferência já autorizada expressa e incondicionalmente pelo DISTRITO FEDERAL neste momento mediante esta cláusula.

37.5.2. Caso negativo, a CONTRATANTE indenizará a CONTRATADA o valor da infraestrutura urbana implantada pela CONTRATADA/ SPE IMOBILIÁRIA no IMÓVEL proporcionalmente à área em metros quadrados dos LOTES gravados de HIPOTECA, mediante acordo entre as PARTES, no prazo de até 90 (noventa) dias após decorrido o prazo previsto no item 37.5.

37.5.2.1.1. O descumprimento do prazo previsto no item anterior sujeitará a CONTRATANTE ao pagamento de multa diária no valor correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do VALOR DO CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa *pro rata die*, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro

37.5.2.2. Efetuado o pagamento, a SPE IMOBILIÁRIA procederá à transferência da propriedade dos LOTES gravados de HIPOTECA ao DISTRITO FEDERAL no prazo de até 30 (trinta) dias após o pagamento do item anterior, com a baixa do registro das respectivas HIPOTECAS, às expensas da CONTRATADA.

37.5.2.2.1. O descumprimento do prazo previsto no item anterior sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de multa diária

no valor correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do VALOR DO CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa *pro rata die*, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro.

37.5.2.3. Paga a indenização e transferida a propriedade dos LOTES, será cancelada a averbação do PENHOR das ações da SPE IMOBILIÁRIA detidas pela CONTRATADA, e a SPE CONCESSIONÁRIA transferirá as ações de sua propriedade na SPE IMOBILIÁRIA para os acionistas da SPE CONCESSIONÁRIA, ou para quem estes indicarem, ficando esta transferência já autorizada expressa e incondicionalmente pelo DISTRITO FEDERAL neste momento mediante esta cláusula.

37.5.3. Ademais, a CONTRATADA terá direito, se não tiver dado causa à extinção do CONTRATO, à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pela CONTRATANTE, tenha ocorrido nos últimos 5 (cinco) anos do prazo da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos SERVIÇOS abrangidos.

37.6. Extinto o CONTRATO, haverá a imediata assunção das OBRAS e SERVIÇOS pela CONTRATANTE, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

37.7. A assunção das OBRAS e SERVIÇOS autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo DISTRITO FEDERAL, de todos os BENS REVERSÍVEIS.

37.8. No caso de encampação, a CONTRATANTE, antecipando-se à extinção do CONTRATO, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à

determinação dos montantes da indenização que possa ser devida à CONTRATADA, conforme o item 37.5.2, dentre outras prevista em lei.

38. CLÁUSULA 38 - ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

38.1. A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA extingue-se quando se verificar o término do prazo de sua duração, terminando, por consequência, as relações contratuais entre as partes, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO.

38.2. Verificando-se o advento do termo contratual, a CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte, não assumindo o DISTRITO FEDERAL qualquer responsabilidade quanto aos mesmos.

38.3. Os investimentos da CONTRATADA que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade dos SERVIÇOS deverão estar amortizados dentro do prazo de vigência do CONTRATO.

38.4. Investimentos vinculados a bens ampliados pela CONTRATADA não previstos no ANTEPROJETO, que tenham sido solicitados e autorizados pelo DISTRITO FEDERAL, ainda não amortizados ou depreciados, por serem investimentos não previsíveis, serão objeto de indenização.

38.4.1. O valor estabelecido a título de indenização será homologado pelo DISTRITO FEDERAL, após análise e aprovação de parecer econômico-financeiro, elaborado por empresa especializada independente.

38.4.2. O DISTRITO FEDERAL descontará, do valor homologado, os valores referentes às penalidades contratuais não pagas, aos passivos trabalhistas, se houver.

38.4.3. O pagamento da indenização devida será efetuado pelo DISTRITO FEDERAL no prazo de 180 (cento e oitenta) dia, a contar da data do término do prazo de vigência do CONTRATO.

39. CLÁUSULA 39 - ENCAMPAÇÃO

39.1. A CONTRATANTE poderão, durante a vigência da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, promover a retomada dos SERVIÇOS, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento, à CONTRATADA, da indenização estabelecida neste CONTRATO.

39.2. Em caso de encampação, a CONTRATADA terá direito:

39.2.1. Ao pagamento do custo da desmobilização.

39.2.2. Prévia indenização das parcelas dos investimentos realizados, inclusive em OBRAS de manutenção, bens e instalações que tenham sido realizados para cumprimento deste CONTRATO, desde que ainda não pagos ou não derivados de aporte da CONTRATANTE.

39.2.3. Prévia desoneração das obrigações decorrentes de contratos de financiamentos contraídos com vistas ao seu cumprimento - na exata proporção do objeto devidamente executado e ainda não quitado pela CONTRATANTE, porquanto o saldo de investimento não aplicado no objeto não poderá ser indenizado - mediante, conforme o caso:

39.2.3.1. Prévia assunção, perante o financiador, das obrigações contratuais da CONTRATADA, em especial quando este CONTRATO figurar como garantia do financiamento.

39.2.3.2. Prévia indenização à CONTRATADA da totalidade dos débitos remanescentes que mantiver perante o financiador.

39.2.4. Prévia indenização de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

40. CLÁUSULA 40 - CADUCIDADE

40.1. A caducidade do CONTRATO poderá ser declarada pela CONTRATANTE quando:

40.1.1. Houver descumprimentos graves e sucessivos de normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade dos SERVIÇOS e das OBRAS.

40.1.2. A CONTRATADA paralisar os SERVIÇOS e/ou as OBRAS ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito, força maior ou inadimplência ou descumprimento grave de qualquer obrigação de qualquer da CONTRATANTE.

40.1.3. For transferido o controle acionário da CONTRATADA sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

40.1.4. Descumprir reiteradamente cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA que comprometam a continuidade das OBRAS ou SERVIÇOS, ou ainda a segurança de empregados, moradores ou terceiros colocados em risco.

40.1.5. A CONTRATADA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada execução dos SERVIÇOS.

40.1.6. A CONTRATADA não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos.

40.1.7. A CONTRATADA não atender ao menos 3 (três) vezes em período de um ano a intimação da CONTRATANTE no sentido de regularizar a execução dos SERVIÇOS.

40.1.8. A CONTRATADA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

40.1.9. A CONTRATADA deixar de pagar a TORNA ou o ressarcimento na forma e prazo previstos neste CONTRATO.

40.2. A declaração da caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA deverá ser precedida da verificação da inadimplência da CONTRATADA em processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

40.3. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à CONTRATADA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no item anterior, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais, salvo nos casos de descumprimentos sucessivos de normas e cláusulas contratuais, que denotem comportamento ineficiente da CONTRATADA, e salvo no caso do item 40.1.3.

40.4. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do Governador do Distrito Federal, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

40.5. A indenização de que trata o item anterior será devida na forma deste CONTRATO, descontado:

40.5.1. O valor das multas contratuais, dos danos causados pela CONTRATADA e da multa de 1% (um por cento) do valor do saldo atualizado do CONTRATO na data da declaração da caducidade.

40.5.2. Os investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos SERVIÇOS concedido, na forma do § 5º do art. 38 da Lei nº 8.987/1995.

40.6. Declarada a caducidade, não resultará para a CONTRATANTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONTRATADA, ainda que diretamente relacionados à execução deste CONTRATO.

41. CLÁUSULA 41 - RESOLUÇÃO OU RESILIÇÃO

41.1. O presente CONTRATO poderá ser resilido por consenso entre as PARTES, hipótese em que as PARTES compartilharão os gastos e as despesas decorrentes da referida rescisão contratual.

41.2. Em caso de rescisão, as PARTES deverão acordar sobre:

41.2.1. Pagamento do custo da desmobilização.

41.2.2. Indenização das parcelas dos investimentos realizados, exemplificadamente:

41.2.2.1. custos decorrentes da realização de atividades, serviços e obras relacionadas ao objeto do CONTRATO;

41.2.2.2. indenização pela elaboração do projeto executivo ou parte dele;

41.2.2.3. custos de mobilização e desmobilização - pessoas, equipamentos e infraestrutura direta ou indiretamente envolvidos no projeto;

41.2.2.4. custos decorrentes da rescisão antecipada de contratos de trabalho, inclusive multas;

41.2.2.5. custos decorrentes da rescisão antecipada de contratos com terceiros, inclusive multas;

41.2.2.6. indenização por impactos decorrentes de descumprimentos contratuais da CONTRATANTE e por atos ou fatos que tenham impactado a equação econômico-financeira do CONTRATO que não tenham sido alocados como de responsabilidade da CONTRATADA; e

41.2.2.7. pagamento de valores eventualmente devidos e não pagos.

41.3. No caso de descumprimento de qualquer da CONTRATANTE de suas obrigações contratuais e não havendo consenso entre as PARTES em relação à rescisão, este

CONTRATO poderá ser resolvido por iniciativa da CONTRATADA mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

41.3.1. A CONTRATANTE arcarão com as indenizações previstas no item 39.2 e multas decorrentes do inadimplemento contratual a que deu causa, para tanto poderá, a seu critério, constituir fundos específicos e contratar seguros de mercado, consoante critérios de reembolso de valores residuais.

42. CLÁUSULA 42 - FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONTRATADA

42.1. Compete à CONTRATADA a obrigação de manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na LICITAÇÃO durante toda a execução do presente CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

42.2. Este CONTRATO será extinto caso a CONTRATADA tenha sua falência decretada, por sentença judicial transitada em julgado.

42.3. Compete à CONTRATANTE atuar preventivamente, por meio da adoção de um mecanismo de acompanhamento periódico da situação econômico-financeira da CONTRATADA, para assegurar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na LICITAÇÃO.

42.4. Decretada a falência, a CONTRATANTE imitir-se-ão na posse de todos os bens afetos à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA e assumirão a execução do OBJETO do presente contrato.

42.5. Na hipótese de extinção da CONTRATADA, por decretação de falência fraudulenta ou dissolução da CONTRATADA por deliberação de seus acionistas, aplicar-se-ão as mesmas disposições referentes à caducidade da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, com instauração de processo administrativo para apuração do efetivo prejuízo e determinação das sanções aplicáveis, descontando-se os valores dos prejuízos e das multas da eventual indenização a ser paga à massa falida.

43. CLÁUSULA 43 - ANULAÇÃO

- 43.1. Caberá à CONTRATANTE declarar a nulidade deste CONTRATO, caso verifique ilegalidade em sua formalização ou em cláusula considerada essencial à execução do objeto.
- 43.2. A nulidade será determinada por meio do devido processo administrativo, iniciado a partir da notificação emitida pela CONTRATANTE à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 43.3. A nulidade do CONTRATO será declarada mediante justificativa escrita e fundamentada da autoridade competente da CONTRATANTE.
- 43.4. Na hipótese de anulação deste CONTRATO por motivo não imputável à CONTRATADA, a CONTRATANTE ressarcirão os prejuízos que a CONTRATADA comprovadamente houver sofrido e garantirá seu direito a:
- 43.4.1. Pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da decretação de nulidade, incluindo principal, correção, juros, multas e outros acessórios.
- 43.4.2. Indenização das parcelas dos investimentos realizados, ainda não amortizados ou depreciados.
- 43.4.3. Indenização de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.
- 43.4.4. Demais cominações legais incidentes.
- 43.5. Na decretação de nulidade do CONTRATO por motivo não imputável à CONTRATADA, a CONTRATANTE deverão indenizar a CONTRATADA, no prazo de 6 (seis) meses, da totalidade dos débitos remanescentes que esta mantiver perante o financiador ou terceiros, devidamente comprovados.

43.6. Decretada a nulidade do CONTRATO retornam ao DISTRITO FEDERAL os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados aos ativos autorizados ao uso e acesso à CONTRATADA, ou por ela implantados, no âmbito da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

CAPÍTULO XIV

INTERVENÇÃO

44. CLÁUSULA 44 - INTERVENÇÃO

44.1. Em caso de descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações decorrentes deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderão, em casos comprovados de risco ao usuário, ao meio ambiente ou à continuidade dos serviços, nos termos da cláusula 40, decretar a intervenção, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

44.2. Entre as situações que ensejam a intervenção, incluem-se:

44.2.1. Cessação ou interrupção, total ou parcial, da execução dos SERVIÇOS e/ou OBRAS objeto do CONTRATO, que não seja decorrente de caso fortuito, força maior ou inadimplência da CONTRATANTE.

44.2.2. Deficiências graves na organização da CONTRATADA ou no normal desenvolvimento das atividades abrangidas pelo objeto do CONTRATO.

44.2.3. Situações que ponham em risco a segurança de pessoas ou bens.

44.2.4. Atribuição   CONTRATADA de notas de desempenho que caracterizem “fraco desempenho” na execução dos SERVIÇOS, em seus aspectos operacional, ambiental e social, mesmo sem comprometimento da situação financeira da CONTRATADA, por 6 (seis) meses consecutivos,

pelo descumprimento das metas estabelecidas no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO - QID.

- 44.3. Verificando-se qualquer situação que possa dar lugar à intervenção, a CONTRATANTE deverão notificar a CONTRATADA para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas.
- 44.4. Decorrido o prazo fixado sem que a CONTRATADA sane as irregularidades ou tome providências que, a critério da CONTRATANTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, estas proporão a decretação da intervenção.
- 44.5. Decretada a intervenção, a CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias, instaurarão procedimento administrativo, que deverá estar concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de invalidade, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, garantidos à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.
- 44.6. A intervenção far-se-á por notificação da CONTRATANTE devidamente publicada, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- 44.7. Cessada a intervenção, se não for extinto o CONTRATO, os SERVIÇOS voltarão a ser de responsabilidade da CONTRATADA, acompanhada de prestação de contas do interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

CAPÍTULO XV

SANÇÕES E PENALIDADES

45. CLÁUSULA 45 - SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS À CONTRATADA

- 45.1. O não cumprimento das diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices e parâmetros fixados pela CONTRATANTE para a execução das OBRAS e SERVIÇOS objeto do CONTRATO, bem como atrasos no cumprimento de prazos

e do seu CRONOGRAMA DAS OBRAS e SERVIÇOS, importarão na aplicação das sanções especificadas no ANEXO 16.

45.2. A aplicação das sanções a que alude o item anterior não impede que a CONTRATANTE declarem a caducidade do CONTRATO ou apliquem outras sanções previstas no CONTRATO ou na legislação pertinente.

45.3. O processo de aplicação das penalidades tem início com a lavratura do respectivo auto pela CONTRATANTE, observando-se o ANEXO 16.

45.4. A aplicação das penalidades previstas no EDITAL e no CONTRATO, e o seu cumprimento, não prejudicam, em caso algum, a aplicação de outras penas para o mesmo fato previstas na legislação aplicável.

CAPÍTULO XVI

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

46. CLÁUSULA 46 - SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS TÉCNICAS

46.1. Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica e econômico-financeira acerca da execução do CONTRATO, será constituída, nos 30 (trinta) dias seguintes à celebração do CONTRATO, uma COMISSÃO TÉCNICA.

46.2. Os membros da COMISSÃO TÉCNICA serão designados da seguinte forma:

46.2.1. Um membro efetivo e o respectivo suplente, servidores públicos, de comum acordo entre a CONTRATANTE.

46.2.2. Um membro efetivo e o respectivo suplente, pela CONTRATADA, às suas expensas.

46.2.3. Um membro efetivo e o respectivo suplente, de comum acordo entre as PARTES, às expensas da CONTRATADA se não forem servidores públicos.

- 46.3. O membro efetivo e o respectivo suplente deverão ser profissionais com conhecimento técnico e de conceito reconhecido.
- 46.4. A COMISSÃO TÉCNICA será competente para emitir pareceres fundamentados com efeito vinculante, sobre questões submetidas pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, relativamente a divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos das OBRAS e SERVIÇOS relacionados ao objeto do CONTRATO.
- 46.5. Para a apuração da NOTA FINAL DE QID, a COMISSÃO TÉCNICA submeter-se-á às regras e prazos previstos na cláusula 15.7.4.5.
- 46.6. O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação, pela parte que solicitar o pronunciamento da COMISSÃO TÉCNICA, à outra parte, de sua solicitação, fornecendo cópia de todos os documentos ligados ao objeto da divergência levantada.
- 46.7. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no item anterior, a PARTE reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada, encaminhando à COMISSÃO TÉCNICA cópia de todos os documentos apresentados por ambas as partes.
- 46.8. O parecer da COMISSÃO TÉCNICA será emitido em um prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento, pela COMISSÃO TÉCNICA, das alegações apresentadas pela PARTE reclamada, se outro prazo não for estabelecido pelas PARTES, de comum acordo, e aceito pela COMISSÃO TÉCNICA.
- 46.9. Os pareceres da COMISSÃO TÉCNICA serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros.
- 46.10. A submissão de qualquer questão à COMISSÃO TÉCNICA não exonera a CONTRATADA de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais e às determinações da CONTRATANTE, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO.

46.11. Se qualquer das partes não aceitar o parecer aprovado pela COMISSÃO TÉCNICA, poderá acionar o mecanismo amigável de solução de conflitos previsto na cláusula 48 e, no caso de fracasso deste, deverá submeter a questão ao Juízo Arbitral nos termos das cláusulas 49 e 50.

47. CLÁUSULA 47 - SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS E APURAÇÃO DE FATOS COM REPERCUSSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

47.1. Para a solução de eventuais divergências de natureza econômico-financeira na execução do CONTRATO, o assunto será submetido à COMISSÃO TÉCNICA estabelecida na forma da cláusula 46 e adotará as mesmas regras lá expostas.

47.2. A COMISSÃO TÉCNICA adotará o procedimento para dirimir eventuais divergências de natureza econômico-financeira na execução do CONTRATO, mediante a realização de cálculos e apurações, e iniciar-se-á mediante a comunicação, pela PARTE que solicitar o seu pronunciamento.

47.3. O parecer da COMISSÃO TÉCNICA será emitido em um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da solicitação, se outro prazo não for estabelecido pela PARTES, de comum acordo.

48. CLÁUSULA 48 - MECANISMO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

48.1. Em caso de conflito ou controvérsia resultante dos direitos e obrigações contemplados neste CONTRATO ou de sua execução, o assunto controverso será comunicado, por escrito, aos representantes legais da CONTRATANTE e da CONTRATADA, para que os mesmos possam, utilizando-se do princípio da boa-fé, solucionar o conflito ou controvérsia, amigavelmente, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o último representante for notificado.

48.2. Não sendo dirimida consensualmente a questão conflituosa ou controversa, a PARTE inconformada poderá iniciar o processo de arbitragem.

49. CLÁUSULA 49 - PROCESSO DE ARBITRAGEM

49.1. Os eventuais conflitos que possam surgir entre as PARTES e que versem sobre direitos patrimoniais disponíveis atinentes a este CONTRATO, caso não sejam solucionados amigavelmente nos termos das cláusulas anteriores, serão resolvidos pelo processo de arbitragem.

49.2. A submissão de qualquer questão à arbitragem não exonera as PARTES do pontual e tempestivo cumprimento das disposições do CONTRATO e das determinações da CONTRATANTE a ele atinentes, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão, assim permanecendo até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.

49.3. A CONTRATADA obriga-se a dar imediato conhecimento à CONTRATANTE da ocorrência de qualquer litígio e a prestar-lhe toda e qualquer informação relevante relativa à sua evolução.

50. CLÁUSULA 50 - JUÍZO ARBITRAL

50.1. A escolha da câmara arbitral será exercida pelo CONTRATANTE, dentre as instituições de notório reconhecimento em até 10 (dez) dias contados da apresentação da controvérsia por qualquer das PARTES, via comunicação formal à outra.

50.2. Caso o CONTRATANTE não indiquem a câmara arbitral competente no prazo acima indicado, caberá à CONTRATADA fazê-lo, no mesmo prazo, observados os mesmos critérios de escolha.

50.3. O procedimento arbitral obedecerá ao regulamento da câmara arbitral adotada, bem como o disposto na Lei nº 9.307/1996 e subsequentes alterações, assim como com as disposições constantes deste CONTRATO.

50.4. A arbitragem será processada e julgada no idioma da língua portuguesa, de acordo com o Direito Brasileiro, sendo vedado o julgamento por equidade.

- 50.5. As PARTES concordam que a CONTRATADA arcará com os custos do procedimento de contratação da câmara de arbitragem e de todo o procedimento até que seja proferida a sentença arbitral, independentemente da PARTE que solicitar o início da arbitragem.
- 50.6. Após a sentença arbitral, se ela for inteiramente desfavorável à CONTRATANTE, esta deverá reembolsar a CONTRATADA pelas despesas incorridas, logo no mês ou meses subsequente(s) ao da respectiva decisão.
- 50.7. Na hipótese de sucumbência parcial de ambas as PARTES, as despesas decorrentes do procedimento arbitral serão rateadas conforme indicado na sentença arbitral, podendo-se observar, em relação aos valores devidos pela CONTRATANTE, o disposto no item anterior.
- 50.8. Cada uma das PARTES arcará com seus próprios custos referentes a honorários advocatícios, independentemente da sucumbência determinada na sentença arbitral.
- 50.9. A sentença arbitral poderá incluir dispositivo sobre a alocação e razoabilidade dos custos incorridos.
- 50.10. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, dentre pessoas naturais de reconhecida idoneidade e conhecimento da matéria objeto da controvérsia, cabendo a cada PARTE indicar um árbitro.
- 50.10.1. O árbitro presidente será escolhido de comum acordo pelos dois coárbitros indicados pelas PARTES.
- 50.11. Caso uma PARTE deixe de indicar um árbitro ou caso os dois coárbitros indicados pelas PARTES não cheguem a um consenso quanto à indicação do árbitro presidente, a nomeação faltante será feita de acordo com as regras do regulamento da câmara arbitral.
- 50.12. Caso seja necessária a obtenção de medidas coercitivas ou de urgência antes da constituição do Tribunal Arbitral, ou mesmo durante o procedimento

amigável de solução de divergências, as partes poderão requerê-las diretamente ao Poder Judiciário.

50.13. Caso tais medidas se façam necessárias após a constituição do Tribunal Arbitral, elas deverão ser solicitadas nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 9.307/1996.

50.14. Será competente o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer controvérsia não sujeita à arbitragem nos termos do CONTRATO, assim como para apreciar as medidas judiciais previstas no item anterior, ou eventual ação de execução da sentença arbitral.

50.15. As decisões do Tribunal Arbitral serão definitivas para o impasse e vincularão as PARTES, ressalvado o previsto no art. 33 da Lei nº 9.307/1996.

CAPÍTULO XVII

PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL

51. CLÁUSULA 51 - CESSÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL

51.1. A CONTRATADA cede gratuitamente à CONTRATANTE todos os projetos, planos, plantas, documentos e outros materiais, de qualquer natureza, que se revelem necessários ao desempenho das funções que a esta incumbem ou ao exercício dos direitos que lhe assistem nos termos do CONTRATO, e que tenham sido especificamente adquiridos ou criados no desenvolvimento das atividades integradas na CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, pela CONTRATADA.

51.2. A cessão de que trata o item anterior se dará em regime de exclusividade à CONTRATANTE ao final da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, competindo à CONTRATADA adotar todas as medidas necessárias para este fim.

CAPÍTULO XVIII

EXECUÇÃO E COORDENAÇÃO TÉCNICAS

52. CLÁUSULA 52 - COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO, COORDENADOR GERAL DO CONTRATO E VERIFICADOR INDEPENDENTE

52.1. A COMISSÃO EXECUTORA DO CONTRATO será formada por três profissionais designados em comum acordo pela CONTRATANTE, pertencente aos seus quadros de funcionários, com a responsabilidade de fiscalizar a execução do CONTRATO, assim como resolver as divergências decorrentes da sua execução com a CONTRATADA, nos termos do art. 41, § 5º do Decreto nº 32.598/2010.

52.2. O COORDENADOR GERAL será designado pela CONTRATADA, devendo ser profissional contratado ou pertencente aos seus quadros de funcionários, com a responsabilidade de gerenciar a execução do CONTRATO, assim como resolver as divergências decorrentes da sua execução com a CONTRATANTE.

52.3. Caberá à CONTRATADA contratar o VERIFICADOR INDEPENDENTE, às suas expensas.

52.3.1. No prazo de até 30 (trinta) dias após a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, a CONTRATADA indicará ao DISTRITO FEDERAL 3 (três) empresas que comprovem o atendimento às exigências referentes à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação técnica, constantes do ANEXO 21, necessárias à assunção das obrigações de VERIFICADOR INDEPENDENTE previstas no CONTRATO.

52.3.2. No prazo de até 30 (trinta) dias após a indicação das empresas conforme o item anterior, o DISTRITO FEDERAL escolherá uma dessas empresas, a seu critério, e no mesmo prazo autorizará a contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE pela CONTRATADA, nos termos do item 12.1.16.

52.3.3. No prazo de até 30 (trinta) dias após a escolha do DISTRITO FEDERAL, a CONTRATADA contratará o VERIFICADOR INDEPENDENTE.

52.3.4. No prazo de até 5 (dias) dias após a data da contratação pela CONTRATADA do VERIFICADOR INDEPENDENTE, a CONTRATADA enviará ao DISTRITO FEDERAL cópia desse contrato.

52.3.5. No prazo de até 30 (trinta) dias após receber o contrato celebrado entre a CONTRATADA e o VERIFICADOR INDEPENDENTE, o DISTRITO FEDERAL outorgará ao VERIFICADOR INDEPENDENTE Procuração Pública com poderes para autorizar a baixa do registro da HIPOTECA dos LOTES junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis.

52.3.6. O descumprimento dos prazos previstos nos itens anteriores sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de multa diária no valor correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do VALOR DO CONTRATO, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da multa *pro rata die*, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior ou culpa de terceiro.

52.3.6.1. O DISTRITO FEDERAL incorrerá na mesma sanção na hipótese de não manter hígida, ou deixar de renovar, ou não outorgar nova Procuração Pública, após cessados os seus efeitos por qualquer razão, no prazo de até 30 (trinta) dias após notificada pela CONTRATADA para tal.

52.3.7. O contrato celebrado entre a CONTRATADA e o VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá ter a vigência compatível com este CONTRATO.

52.3.8. Em qualquer hipótese de extinção do contrato celebrado entre a CONTRATADA e o VERIFICADOR INDEPENDENTE, aplica-se o disposto no item 52.3.

CAPÍTULO XIX

DISPOSIÇÕES FINAIS

53. CLÁUSULA 53 - ACORDO COMPLETO

53.1. A CONTRATADA declara que o CONTRATO e os documentos que constam dos seus ANEXOS constituem a totalidade dos acordos que regulam a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA com a CONTRATANTE.

54. CLÁUSULA 54 - COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

54.1. As comunicações entre as partes serão efetuadas por escrito e remetidas:

54.1.1. em mãos, desde que comprovadas por protocolo;

54.1.2. por fax, desde que comprovada a recepção;

54.1.3. por telegrama, com aviso de recebimento;

54.1.4. por correio registrado, com aviso de recebimento;

54.1.5. por correio eletrônico, com aviso de recebimento.

54.2. Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, na forma desta cláusula, os seguintes endereços, telefones, números de fax e e-mails:

54.2.1. CONTRATANTE - DISTRITO FEDERAL: ____

54.2.2. CONTRATADA - SPE CONCESSIONÁRIA: ____

54.2.3. SPE IMOBILIÁRIA: ____

54.2.4. VERIFICADOR INDEPENDENTE: ____

54.3. Quaisquer das partes poderá modificar os seus dados, mediante comunicação à outra parte.

54.4. A correção e manutenção dos dados será de responsabilidade exclusiva da parte respectiva.

55. CLÁUSULA 55 - EXERCÍCIOS DE DIREITOS

55.1. O não-exercício ou o exercício tardio ou parcial de qualquer direito que assista a quaisquer das PARTES por este CONTRATO, não importa em renúncia a este direito, nem impede o seu exercício posterior, nem constitui novação da respectiva obrigação.

56. CLÁUSULA 56 - CONTRATANTES INDEPENDENTES

56.1. As PARTES desempenharão suas obrigações como contratantes independentes. Este CONTRATO não será interpretado como criando uma associação, parceria ou sociedade, ou como impondo qualquer obrigação de sociedade ou responsabilidade sobre qualquer das PARTES. Nenhuma das PARTES terá qualquer direito de poder ou autoridade para celebrar qualquer contrato de responsabilidade pela outra parte, ou para agir em seu nome, ou agir como sendo a outra parte, ou ser agente ou representante da outra parte.

57. CLÁUSULA 57 - OBRIGAÇÕES PERMANENTES

57.1. O cancelamento, transcurso de prazo ou término antecipado deste CONTRATO não isentará as PARTES de qualquer obrigação que por sua natureza deva continuar depois de tal cancelamento, transcurso ou término, inclusive (mas não limitado a) garantias, recursos, promessas de indenização e confidencialidade.

58. CLÁUSULA 58 - INVALIDADE PARCIAL

58.1. Se qualquer das disposições deste CONTRATO for declarada nula ou inválida, essa declaração não afetará a validade das demais disposições contratuais, que se manterão em pleno vigor.

59. CLÁUSULA 59 - PERDÕES E RENÚNCIAS

59.1. Exceto se de outra forma for estabelecido neste CONTRATO, nenhum atraso ou omissão de exercício de qualquer direito privilégio ou recurso autorizado a qualquer parte como resultado de um inadimplemento ou descumprimento deste CONTRATO deverá prejudicar tais direitos, privilégios ou recursos, tampouco será interpretado como renúncia ou aquiescência em relação a esses

inadimplentes ou descumprimentos ou qualquer outra conduta similar que venha a ocorrer em momento posterior. Da mesma forma, qualquer perdão ou liberalidade relativos a um evento ou conduta singular não atingirá inadimplimentos que tenham ocorrido anteriormente ou venham a ocorrer no futuro.

60. CLÁUSULA 60 - RESSARCIMENTO DOS DISPÊNDIOS CORRESPONDENTES À REALIZAÇÃO DOS PROJETOS, ESTUDOS, LEVANTAMENTOS E INVESTIGAÇÕES

60.1. Tendo em vista o Edital de Chamada Pública - Secretaria de Estado de Governo/DF - publicado no DODF de 15.05.2014; Termo de Autorização - Secretaria de Estado de Governo/DF publicado no DODF de 11.09.2014; Ofício Conjunto 264-A/2015-GAB/SEDS, de 21.05.2015, da Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal e da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP; Comunicado de prosseguimento da TERRACAP - publicado no DODF de 23.03.2017; Ofício SEI-GDF nº 177 - SEPE/GAB da Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal; para as empresas lá discriminadas, que atenderam à solicitação e manifestaram interesse em efetuar os estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica dos projetos lá demandados.

60.2. Em razão dessa autorização, o DISTRITO FEDERAL obteve os projetos, estudos, levantamentos e investigações, bem como o seu respectivo custo, que foi devidamente aprovado e deverá ser ressarcido pelo LICITANTE vencedor, nos termos estabelecidos no CONTRATO:

60.2.1. Empresa a ser ressarcida: José Celso Gontijo Engenharia S/A.

CNPJ: __ Banco: __ Agência: __ Conta Corrente: __

60.2.2. Valor a ser ressarcido: R\$ __ (__) (data base __.__.__, corrigido pelo IPCA).

60.3. A Comissão Técnica aprovou os referidos valores para ressarcimento da empresa autorizada sob o fundamento de que o valor é compatível com os

projetos, estudos, levantamentos e investigações apresentados, bem como não ultrapassou o limite de 2,5% (dois e meio por cento) do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação desta parceria público-privada.

60.4. A CONTRATADA deverá pagar os valores discriminados neste item à referida empresa, nos termos do art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, cuja prova dar-se-á mediante a apresentação do competente comprovante de pagamento ou termo de acordo celebrado entre as partes, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do cumprimento das demais condições de eficácia do CONTRATO, ou caso a CONTRATADA dispense as condições de eficácia.

60.4.1. O cumprimento deste item é condição de validade do CONTRATO e somente será exigível após o cumprimento das demais condições de eficácia do CONTRATO.

60.4.2. O descumprimento deste item acarretará a caducidade deste CONTRATO, nos termos do item 40.1.9;

60.5. Caso a empresa a ser ressarcida seja o LICITANTE vencedor ou integre o CONSÓRCIO vencedor, este ressarcimento restará prejudicado exclusivamente quanto a essa empresa.

61. CLÁUSULA 61 - CONTAGEM DE PRAZOS

61.1. Os prazos previstos neste CONTRATO, salvo manifestação em contrário, contar-se-ão mediante exclusão do dia do início e a inclusão do dia do vencimento, considerando-se os dias consecutivos.

61.2. Os prazos somente se iniciam e se encerram em dia útil de expediente do DISTRITO FEDERAL.

62. CLÁUSULA 62 - FORO

62.1. É competente para dirimir as questões relativas a este CONTRATO o foro de Brasília-DF, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim havendo ajustado, as PARTES assinam o presente instrumento em três vias iguais, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, __ de __ de __,

DISTRITO FEDERAL

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome : _____

CPF : _____

Ass. : _____

Nome : _____

CPF : _____

Ass. : _____